



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL
(POSMEX)**

**FOLK-ATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: POLÍTICAS E
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA COMUNIDADE PADRE HILDON
BANDEIRA, JOÃO PESSOA-PB**

LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

Recife

2016

JULIANA FREIRE BEZERRA

**FOLK-ATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: POLÍTICAS E
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA COMUNIDADE PADRE HILDON
BANDEIRA, JOÃO PESSOA-PB**

Recife

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL
(POSMEX)

FOLK-ATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: POLÍTICAS E
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA COMUNIDADE PADRE HILDON
BANDEIRA, JOÃO PESSOA-PB

JULIANA FREIRE BEZERRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como exigência para a obtenção do título de Mestra.

Prof. Dr. Severino Alves de Lucena Filho
Orientador

Recife
2016

Ficha catalográfica

Setor de Processos Técnicos da Biblioteca Central-UFRPE

B574f Bezerra, Juliana Freire

Folk-ativismo para o desenvolvimento local: políticas e estratégias de comunicação na comunidade Padre Hildon Bandeira, JP,PB / Juliana Freire Bezerra. – Recife, 2016.

95 f. : il.

Orientador: Severino Alves de Lucena Filho.

Dissertação (Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2016.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Folk-ativismo 2. Comunicação 3. Cidadania
4. Desenvolvimento local I. Lucena Filho, Severino Alves de,
orientador II. Título

CDD 303.44

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**FOLK-ATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: POLÍTICAS E
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA COMUNIDADE PADRE HILDON
BANDEIRA, JOÃO PESSOA-PB**

JULIANA FREIRE BEZERRA

Dissertação julgada adequada para
obtenção do título de Mestra em
Extensão Rural e Desenvolvimento
Local. Defendida e aprovada no dia
24/05/2016 pela seguinte banca
examinadora:

Prof. Dr. Severino Alves de Lucena Filho
Departamento de Educação
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Irenilda de Souza Lima
Departamento de Educação
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Suelly Maria Maux Dias
Departamento de Jornalismo
Universidade Federal da Paraíba

“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante”

(SAINT-EXUPÉR, Antoine de, 1943)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a cada ser divino que passou pelo meu caminho e me fez viver as experiências, que hoje me tornam quem sou. Agradeço, sobretudo, a Deus, por ter iluminado sempre o meu caminho, me abençoando e me fortalecendo com o seu imenso amor. Este ciclo que se fecha foi de muito aprendizado e amadurecimento não só profissional, mas também pessoal. Só sou grato aos seres deste e do Outro plano por tudo isto ter sido vivido por mim!! Sinto-me uma feliz. Agradeço especialmente:

À minha mãe, por estar comigo, desde o primeiro dia desta jornada, que começou, quando abri os olhos pela primeira vez e lhe reconheci como meu abrigo. Você sempre será o meu abraço e colo preferidos, minha preciosidade! Ao meu pai, por chegar do trabalho cansado e mesmo assim brincar comigo todas as noites da minha infância, por me ensinar xadrez, por me dar gibis, contribuindo, assim, para o meu desenvolvimento cognitivo e emocional. Pelo zelo e amor, só grato e retribuição. Amo vocês.

Aos meus irmãos mais velhos, Peu e Flavinha, que são minha ponte com o passado, a minha caixa de memória, os meus melhores amigos. Vocês foram e são meus professores da vida. Agradeço ainda à minha irmãzinha mais nova, Mamá, que é uma das Marias paternas tatuadas em meu corpo e a quem amo desde sempre, pois nosso sentimento é eternizado nos céus.

A Dodoia e Mel, minhas sobrinhas, por simplesmente existirem e me proporcionarem, com seus jeitinhos e brincadeiras pueris, os aprendizados do que são a sabedoria e o amor genuínos.

Ao meu namorado, Carlos. Com você, a vida se torna mais fácil, leve e colorida. Seu amor me faz mais forte e feliz.

À tia Zan, Claudinha e Lalá, pela torcida e oração de sempre. Cada palavra de apoio era uma fonte de força que vocês me destinavam. Muito obrigada! Também agradeço a cada um dos meus avós. Onde quer que estejam, sei que olham por mim, torcem e me afagam.

Às minhas amigas, queridas pau para toda obra. Under, Isoca, Zizi, Flavita, Maricota, Gabs, Carol Madruga, Carol Innocêncio, Nicinha, Rah, Ju, Carminha, Amanda, Stellita, Criz, Fabi, vocês são demais!! Obrigada por tudo!!

Ao meu orientador, Severino Alves de Lucena Filho, agradeço pelos ensinamentos e pela paz que me ofertava, em meus momentos de angústia. Um bom orientador não é apenas aquele que contribui para a formação dos orientados com sua carga intelectual, mas também o que colabora para o fortalecimento da nossa inteligência emocional e espiritual. Muito obrigada, professor, pelo carinho e zelo no trato com as palavras destinadas a mim!!

A todos os demais professores do Posmex. O mestrado é um ponto de mutação em minha vida e vocês contribuíram para que isso ocorresse. Admiro o engajamento intelectual desta equipe e quero ser como muitos de vocês num futuro próximo, professores sábios, humanos e competentes!!

Aos pesquisadores do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC/UFRPE), sobretudo ao professor Marcos Figueiredo, que me acolheu na equipe e me ofertou a possibilidade de conhecer/estudar a realidade rural, bem como aos agricultores, com quem aprendi bastante, a partir de novos olhares sobre o mundo. Obrigada a todos.

Ao meu antigo e eterno orientador da graduação em Jornalismo da UFPB, Josinaldo Malaquias, por acreditar em mim e me incentivar a sonhar grande. Foi ele o primeiro a me dizer que “tenho luz própria” e a me estimular a perseguir o que quero ser. O senhor é incrível, professor. Nunca vou esquecer seus ensinamentos. Procurarei reproduzi-los.

Enfim, realizo agradecimento a todos os entrevistados que contribuíram com muita boa vontade para que esta pesquisa acontecesse. Na comunidade Padre Hildon Bandeira, conheci pessoas anônimas que fazem a diferença entre os seus e contribuem, recheados do Deus que lhes habita, para que os sofrimentos das pessoas próximas sejam amenizados. Obrigada, obrigada e obrigada, pelos ensinamentos, pela sabedoria e pela amizade que fizemos. Não há palavras para descrever o meu sentimento de gratidão e carinho por vocês!!

Aqui está o meu brinde ao amor que reside em todas essas pessoas. Retribuo cada bom sentimento com muita felicidade. Eis que o principal aprendizado deste percurso é que o amor é mesmo revolucionário e transforma vidas!!

Com carinho,

Juliana.

RESUMO

Sob a lupa teórica da Folkcomunicação, este estudo se configura como uma análise do papel desempenhado por ativistas-folk na comunidade rurbana Padre Hildon Bandeira, situada na cidade de João Pessoa, na Paraíba. Nosso objetivo foi desnudar as estratégias políticas e comunicativas destes agentes sociais para a promoção do Desenvolvimento Local. Este conceito foi entendido no presente trabalho não apenas em sua dimensão econômica, mas também em suas dimensões social, política e cultural, haja vista que compreendemos que é através do exercício da cidadania, no espaço da política, que a democratização social de localidades não desenvolvidas pode ser construída. Para analisar o papel dos ativistas-folk, sob esta perspectiva de Desenvolvimento Local, selecionamos como categorias de análise o Capital Humano e o Social. Ambas nos permitiram compreender o grau de civismo local, as relações de reciprocidade, solidariedade e confiança, bem como os valores, princípios e conhecimentos individuais que se destacam no grupo analisado para a nutrição da comunicação comunitária e da cidadania. Do estudo, evidenciamos, portanto, em que medida os atores sociais contribuem para a nutrição destas redes cívicas e comunicativas, criando oportunidades, democratizando socialmente a comunidade e estabelecendo relações colaborativas, bem como angariando benefícios sociais junto aos poderes públicos. Intentamos contribuir, assim, com pesquisas acerca de estratégias comunicativas e políticas de busca por desenvolvimento de comunidades populares, refletindo sobre experiências reais de proteção à vida e de resistência cidadã contra privações sociais.

Palavras-chave: Folk-ativismo. Comunicação. Cidadania. Desenvolvimento Local.

RESUMEN

En virtud de la comunicación popular teórico Lupa, este estudio se configura como un análisis del papel desempeñado por los activistas popular en la comunidad rurbana Padre Hildon Bandera, que se encuentra en la ciudad de Joao Pessoa, Paraíba. Nuestro objetivo era desentrañar las estrategias políticas y de la comunicación de estos agentes sociales para promover el desarrollo local. Este concepto se ha entendido en este trabajo no sólo en su dimensión económica, sino también en su dimensión social, política y cultural, dado a entender que es a través del ejercicio de la ciudadanía, en el espacio político, la democratización social de los no lugares desarrollada se puede construir. Para analizar el papel de activista popular bajo esta perspectiva el desarrollo local, se seleccionaron como categorías de análisis de Capital Humano y Social. Ambos han permitido comprender el grado de civismo locales, relaciones de reciprocidad, la solidaridad y la confianza, así como los valores, principios y conocimientos individuales que se destacan en el grupo analizado para la nutrición de la comunicación comunitaria y la ciudadanía. A partir del estudio, hemos observado, por lo tanto, en qué medida los actores sociales contribuyen a la nutrición de estas redes cívicas y de la comunicación, la creación de oportunidades, la democratización de la comunidad social y el establecimiento de relaciones de colaboración, así como elevar los beneficios sociales con los poderes públicos. Intentamos de este modo contribuyen a la investigación acerca de las estrategias de comunicación y aplicación de políticas para el desarrollo de las comunidades pobres, lo que refleja en las experiencias reales de protección de la vida ciudadana y la resistencia contra la privación social.

Palabras clave: Folk-activismo. Comunicación. La ciudadanía. El desarrollo local.

ABSTRACT

Under the theoretical Loupe folk communication, this study is configured as an analysis of the role played by folk-community activists urbana Padre Hildon Bandeira, located in the city of Joao Pessoa, Paraiba. Our aim was to unravel the political and communication strategies of these social agents to promote local development. This concept has been understood in this work not only in its economic dimension, but also in its social, political and cultural, given to understand that it is through the exercise of citizenship, in the political space, the social democratization of non-locations developed can be constructed. To analyze the role of activist-folk under this local development perspective, we selected as categories of analysis Human Capital and Social. Both have allowed us to understand the degree of local civics, relations of reciprocity, solidarity and trust, as well as the values, principles and individual knowledge that stand out in the group analyzed for nutrition of community communication and citizenship. From the study, we noted, therefore, to what extent the social actors contribute to the nutrition of these civic and communication networks, creating opportunities, socially democratizing the community and establishing collaborative relationships, as well as raising social benefits with public authorities. Intentamos thus contribute to research about communication strategies and pursuit of policies for the development of poor communities, reflecting on actual experiences of protection of life and citizen resistance against social deprivation.

Keywords: Folk-activism. Communication. Citizenship. Local development.

LISTA DE IMAGENS

Dossiê:

Figura 1: Cônego Hildon Bandeira

Figura 2: Júlio Ratinho lutando capoeira em evento no Recife, em 2014

Figura 3: A agente de saúde, Giselda

Figura 4: Diretor financeiro e presidenta da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira

Artigo:

Figura 1: Cônego Hildon Bandeira

Figura 2: Quadro de apresentação dos ativista-folk analisados no presente estudo

Figura 3: Júlio Ratinho lutando capoeira em evento no Recife, em 2014

Figura 4: A agente de saúde, Giselda

Figura 5: Diretor financeiro e presidenta da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira

Figura 6: Lavanderia Padre Hildon Bandeira

Figura 7: Tabela de Conclusão da pesquisa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.2 Metodologia.....	17
1.3 Comunidade Padre Hildon Bandeira	19
1.4 Associação de Moradores Padre Hildon Bandeira.....	21
1.5 Quem são nossos agentes locais?.....	22
2 COMUNICAÇÃO E CIDADANIA: INTERSEÇÕES.....	27
2.1 Comunicação das minorias para a cidadania.....	31
3 FOLKCOMUNICAÇÃO, RURBANIDADE E ATIVISMO.....	34
3.1 Ativismo-folk na contemporaneidade.....	38
4 DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA QUEM? UM QUESTIONAMENTO NECESSÁRIO.....	41
4.1 Como promover Desenvolvimento Local?	45
5 CAPITAL SOCIAL.....	48
5.1 Como o Capital Social pode ser usado para gerar outros capitais, como o Econômico e o Humano?	49
5.2 Capital Social e Capital Humano: um ciclo.....	54
5.3 Tipos de Capital Social.....	56
REFERÊNCIAS.....	59
ARTIGO FINAL- Apresentação, Discussão, Resultados, Conclusão e Referências.....	62
APÊNDICE A- Tabela de Conclusão da Pesquisa.....	90
APÊNDICE B- Questionário.....	91
APÊNDICE C- Roteiros prévios de entrevistas semiestruturadas.....	93

1 INTRODUÇÃO

A onda da globalização econômica das últimas décadas influenciou a ocorrência de mudanças em diferentes estruturas políticas e culturais existentes no planeta, provocando adaptações e rearranjos nacionais aos motes capitalistas em detrimento dos sociais. Na contemporaneidade, o mundo político abraça o modelo de desenvolvimento que privilegia o crescimento financeiro, mesmo que este traga consigo o agravamento das desigualdades sociais, da pobreza, bem como do sofrimento humano e ambiental (SOUSA SANTOS, 2002)

A concentração de riquezas, via explorações de recursos naturais e humanos, que reverbera nas consequências acima mencionadas, é estimulada e tanto mais acumulada na Era da Informação e Comunicação pelas alianças desterritorializadas realizadas pelas elites mundiais; o que aumenta ainda mais o fosso que separa estas da maioria da população do planeta.

Isso porque, embora os sistemas neoliberais e tecnologicamente avançados favoreçam o crescimento da economia, o capital financeiro gerado continua na mão dos mais ricos. É como se as elites do mundo estivessem acordando um novo Tratado, como outrora foi o de Tordesilhas, por exemplo, para explorarem o máximo possível as localidades e enriquecerem sempre mais, sem dividir com as camadas populares os lucros conquistados.

Tal conjuntura é danosa, sobretudo, para as populações dos países não desenvolvidos, que se veem economicamente enfraquecidas, enquanto empreendedoras, diante dos oligopólios empresariais transnacionais. Em decorrência disto, tornam-se mãos de obra mais baratas, quanto menos qualificadas, já que esta lógica concentradora de riquezas lhes nega acesso a oportunidades, e executoras de trabalhos mecânicos que não as realizam enquanto ser humano (BAUMAN, 2003).

Em outras palavras, de acordo com Jara (1999), a abertura de mercado que, além de gerar mais desigualdades financeiras e dirimir o papel do Estado frente aos problemas sociais de falta de acesso à educação, saúde, moradia, coisifica a maioria dos habitantes de localidades não-desenvolvidas; o que gera infelicidade, doença, raiva, desunião, violência.

Combinado a isto, valores individualistas e consumistas interiorizados na cultura global, que aprecia o ter em detrimento do ser, geram nos locais ainda em desenvolvimento a crise moral e política: a busca a todo custo para se ter dinheiro, prestígio e poder.

De acordo com Costa (2004), estamos vivendo uma época de poder sem mérito, em que os poderosos de localidades pouco cívicas e não desenvolvidas têm atitudes antiéticas e não se esforçam dignamente para alcançar o topo. Este fator, segundo ele, aumenta a violência em sociedade, já que, se todo mundo rouba e tem pouco valor, para obter os fins desejados, por que uns deveriam respeitar/amar os outros e cuidarem de suas relações? Há uma perda de confiança na humanidade, na solidariedade, na cooperação em virtude de motes consumistas neoliberais.

No entanto, de acordo com Jara (1999), há nas comunidades locais uma força diferente que pode gerar a esperança de outro mundo possível, de relações mais saudáveis, humanas, cívicas. O autor afirma que, embora a globalização hegemônica venha criando uma cultura consumista e danosa, que descarta as relações entre pessoas, o meio ambiente e os sentimentos mais nobres, as localidades não perderam a capacidade de amar e de sentirem o mundo de maneira peculiar, de acordo com os bens simbólicos e materiais particulares, singulares, que nutrem.

Com esse pensamento, que nada tem de **sentimentalista**, mas de caráter profundamente humano, Jara (1999) nos possibilita refletir que as comunidades locais são brechas valiosas de resistência à aculturação hegemônica. Através da valorização da sua cultura, da sua terra, da sua gente, minorias resistem à violência simbólica e, através da luta política, vêm conquistando direitos e combatendo privações sociais.

Sousa Santos (2005) acrescenta que nessas localidades não desenvolvidas está a energia política das forças contra-hegemônicas. Através de economias e políticas cooperativas e comunitárias, embasadas em ações de solidariedade, confiança e reciprocidade, as localidades podem dinamizar suas forças, cultura, recursos naturais endógenos para promoção do Desenvolvimento Local sob uma perspectiva comunitária de entendimento do mundo.

Para tanto, segundo Jara (1999), diante da falta de um modelo de justiça social prévio e sólido na sociedade em geral, recursos como Capital Social e Capital Humano devem ser construídos e estimulados nas localidades, sobretudo nas não desenvolvidas, a fim de que o exercício da cidadania dos sujeitos locais garanta a busca pela dignidade humana e por condições favoráveis de desenvolvimento não só econômico, mas também político, social e humano.

Neste sentido, convém esclarecer que, enquanto o Capital Humano faz referência às capacidades, ao conhecimento e às motivações individuais de cada ser humano, o Capital Social

abarcas questões relacionadas à cidadania e à rede de relações entre as pessoas para o enfretamento de problemas sociais. Ambos os capitais nutrem-se e retroalimentam-se mutuamente, na configuração do ciclo necessário para a promoção do Desenvolvimento Local.

Isso porque os sentimentos, desejos e entendimentos de mundo que nos habitam interferem nos tipos de redes de relações cotidianas que nutrimos. Simultaneamente, o espírito comunitário influencia diretamente o desenvolvimento humano que cada pessoa pode alcançar. Putnam (2000) diz que as relações que nutrimos e onde nos criamos definem quem nos tornaremos. Da mesma forma, o inverso ocorre, revelando que quem somos e o que pensamos interferem nas redes de relações nutridas na localidade em que habitamos. Além disto, como num ciclo retroalimentado, comunidades com bastante Capital Humano e Capital Social tendem a conseguir enriquecer também economicamente, gerando capitais Empreendedor e Financeiro.

Neste sentido, estudos indicam (PUTNAM, 2000; COLEMAN, 2001) que nas localidades em que estes capitais são elevados, as chances de exercício cidadão são maiores e, portanto, de se conseguir melhorias de vida para todos também. Isso porque a formação de redes cívicas entre as pessoas possibilita o fortalecimento de movimentos políticos e empreendimentos financeiros comunitários mais éticos e comprometidos com a transformação, que combatem privações sociais e reconstróem direitos outrora negados.

Por conta disso, Sousa Santos (2005) fala da necessidade das minorias destas localidades construírem suas lutas contra-hegemônicas, bem como de se articularem globalmente, através de uma coerência de pauta reivindicatória e de ação, para interferirem no poder em nível global.

Assim, em nome da formação de uma sociedade cidadã contra-hegemônica local e global, bem como da promoção de vida digna e mais sustentável no planeta, estudar estratégias de busca por desenvolvimento de comunidades não desenvolvidas é antes de tudo uma tentativa de refletir sobre experiências reais de proteção à vida e de resistência política ao modelo de desenvolvimento excludente.

Neste sentido, analisar a função social desempenhada por atores locais e translocais é fundamental para se compreender as estratégias de fomentação da luta contra-hegemônica. No âmbito dos estudos da comunicação popular latino-americana, a Teoria da Folkcomunicação tem levantando a discussão do papel realizado por ativistas-folk na promoção de movimentos e organizações populares para o Desenvolvimento Local (TRIGEIRO, 2008, MACIEL, 2012).

De acordo com Trigueiro (2008), os ativistas-folk são sujeitos que mediam em suas comunidades de referências os espaços de negociações entre hegemonia e contra-hegemonia, reelaborando novas formas de pensar o mundo e estar neste. Em outras palavras, os ativistas-folk são pessoas que se destacam na comunidade por motivos vários e desempenham função social importante para sua localidade, atuando como mediadores/negociadores do poder público e local e das forças que eles emanam também.

Objetivando compreender a relevância destes agentes para a promoção do Desenvolvimento Local, estudamos, nesta pesquisa, o papel desempenhado por ativistas-folk na comunidade popular Padre Hildon Bandeira, situada no município de João Pessoa, na Paraíba. Nosso intuito foi descobrir como estes atuam e podem contribuir para a formação de redes de relações cívicas de combate a privações sociais e de promoção do desenvolvimento social.

Em estudo prévio, constatamos que o cônego Hildon Bandeira (1913-1984) foi ativista pioneiro na localidade, que hoje tem seu nome, e contribuiu não só para a melhoria da qualidade de vida daquela população, mas também, e, sobretudo, para fomentação do espírito cívico dos sujeitos políticos comunitários.

Neste estudo, pretendemos observar como se formaram os ativistas da contemporaneidade, quais características eles possuem, como agem e o que promovem, sob a perspectiva do Desenvolvimento Local, ao mediar informações globalmente hegemônicas – sejam advindas da mídia ou de encontros em órgãos públicos e universidades, por exemplo- e localmente contra-hegemônicas, movimentando, com conteúdos hibridizados, as redes cotidianas de comunicação e de relação de pessoas locais, bem como interferido nos jogos de poder existentes em sociedade.

Para tanto, selecionamos duas categorias de análise: o Capital Humano e o Capital Social. Elas serviram de âncora teórica para investigarmos como os ativistas, através das redes de relações cotidianas locais e da comunicação necessária para a nutrição destas redes, atuam para contribuírem com o Desenvolvimento Local, bem como para avaliarmos o grau de engajamento cívico deles.

Em outras palavras, nosso intuito foi compreender como os ativistas-folk assim se formaram e como seus Capitais Humanos favorecem a formulação do Capital Social do grupo,

bem como de que forma o Capital Social emanado por eles favorecem a formação do Capital Humano de outras pessoas da comunidade.

Interessante ressaltar que a nossa concepção de Capital Social, ou seja, de formação de redes sociais cívicas, tem como pré-requisito inato para o relacionamento humano a existência da comunicação. Desta forma, quando analisamos como os ativistas atuam para promoção ou não das redes sociais cívicas, estamos observando também como é nutrida a rede de comunicação comunitária. Nesta, os ativistas-folk realizam negociações e mediações simbólicas entre culturas hegemônicas e populares; o que também é pertinente ao nosso trabalho investigar.

Buscando fomentar nossa lupa de análise, destacamos, ao longo do trabalho, contribuições dos teóricos Franco (2000, 2001), Putnam (2000), Coleman (2001) e Oliveira (2001). Eles ofertaram, através de suas pesquisas, subsídios teóricos para que nossa análise percorresse o tecido social comunitário e dele evidenciasse o grau de civismo local; o que implicou observar as normas sociais estabelecidas, as relações de reciprocidade, o grau de confiança, de expectativas e obrigações de uns para com os outros, bem como as ações de cooperação e solidariedade existentes na comunidade. Além disto, inflamaram o grau de criticidade da pesquisa, possibilitando a acentuação da nossa percepção em relação às nuances dos jogos de poder também presentes nas redes de relações locais.

Contribuíram também para a formação do aporte teórico acerca do Desenvolvimento Local que defendemos neste trabalho, da cidadania e do entendimento de mundo das minorias que narramos, a partir do fenômeno de globalização hegemônica, os pesquisadores já citados Oliveira (2001) e Franco (2000, 2001), assim como Jara (1999), Bauman (2003, 2008, 2011) e Sousa Santos (2002, 2005).

Além destes autores, o aporte teórico do presente estudo contempla estudiosos do campo da Folkcomunicação, como Beltrão (1980), Trigueiro (2004, 2008, 2013), Maciel (2012). Contribuições sobre a interseção comunicação, política e cidadania das minorias foram buscadas em Sodré (2009), Paiva (2009) e Peruzzo (1998), bem como em outros autores já citados.

1.2 Metodologia

O presente trabalho utilizou uma metodologia que permitiu responder como os ativistas-folk da Comunidade Padre Hildon Bandeira vivenciam e ressignificam a realidade – diante do

impacto da globalização hegemônica– dentro de uma propositura alicerçada na técnica da pesquisa participante, a fim de detectar qual a possibilidade dos recursos endógenos estimulados propiciarem o Desenvolvimento Local, a inclusão social, a geração de renda, respeitando o meio ambiente e as representações simbólicas.

Para isso elegemos uma metodologia de cunho qualitativo uma vez que esta abordagem apreende a ação social como decisiva e essencial no processo de formação da sociedade. É que a abordagem qualitativa, entendida como aquela que permite “incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MYNAIO, 1998, p.10), possibilita compreendermos valores, crenças, motivações e atitudes humanas num contexto social, no qual o indivíduo vive; contexto este possuidor de uma lógica própria a ser esclarecida pelo pesquisador.

Dessa forma, procuramos fundamentar a pesquisa com base na Sociologia Compreensiva porque esta “privilegia a compreensão e a inteligibilidade como propriedades específicas dos fenômenos sociais, mostrando que o SIGNIFICADO e a INTENCIONALIDADE os separam dos fenômenos naturais” (MINAYO, 1998, p.50).

Partindo destas considerações nos dirigimos à Comunidade Padre Hildon Bandeira, onde, através da observação participante, realizada em três meses, da entrevista semiestruturada realizada com os quatro ativistas-folk selecionados para este estudo, bem como das entrevistas exploratórias realizadas com demais atores sociais da comunidade e da técnica da história oral de vida, procuramos apreender os processos de interação e de configuração de repertórios que se enunciam através de ações, gestos e palavras, entre as pessoas envolvidas.

Para coletar dados objetivos referentes à configuração familiar, local de nascimento, escolaridade, participação oficial em organizações comunitárias, infraestrutura domiciliar e renda dos quatro ativistas-folk selecionados na comunidade para este estudo, bem como de mais seis ativistas que identificamos ao longo da pesquisa e que contribuiriam como narradores da história da comunidade, aplicamos questionários. Estes compreendiam duas tabelas, que foram preenchidas por nós- uma no começo, outra no fim, de cada entrevista semiestruturada ou exploratória.

A primeira tabela, chamada de *Conhecendo a família “nuclear” dos ativistas-folk*, teve como categorizações o nome dos integrantes do núcleo familiar e o papel exercido por eles neste grupo, bem como a data e o local de nascimento de cada um destes, a ocupação atual, a escolaridade e informações sobre possível vínculo à Associação de Moradores local ou a outros tipos de organização. Outras indagações relacionadas ao saneamento básico e ao tratamento da

água que os ativista-folk dispõem foram realizadas. Já a segunda tabela compreendia perguntas objetivas acerca da fonte de renda familiar e do montante semanal, mensal ou anual conquistado pelo trabalho dos componentes familiares. Esta tabela era preenchida ao final de cada entrevista, pela necessidade de intimidade que as perguntas referentes a ela demandavam. Já a primeira tabela era preenchida no início das entrevistas.

Desta forma, este instrumento de pesquisa facilitou a sistematização de informações necessárias para a compreensão de questões relacionadas ao modo como os ativistas vivem e se colocam na comunidade, especificamente, e na sociedade, de forma mais abrangente.

Subsidiariamente coletamos documentos, livros, fotografias e matérias jornalísticas, que serviram para fortalecer nossa compreensão acerca da realidade local e dos atores que nela atuam e habitam.

1.3 Comunidade Padre Hildon Bandeira

Uma minicidade dentro da capital paraibana. É assim que a comunidade Padre Hildon Bandeira, localizada no bairro da Torre, pode ser descrita. No local, habitado por 628 famílias, há creche, praça, minicampo, postos da saúde, igrejas, lavanderia, além da atuação do projeto Banco de Alimentos, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Serviços referentes ao tratamento de água e ao esgotamento sanitário, à energia elétrica e à retirada de lixo são realizados no local pela Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa), Energisa e Empresa Municipal de Limpeza Urbana (Emlur), respectivamente.

Seus principais motores econômicos são as rendas obtidas por meio das lavagens de roupa, realizadas pelas mulheres da comunidade, na Lavanderia Comunitária e nos espaços domésticos, bem como por meio dos pequenos comércios, muitos regulados por relações de confiança em que o caderno com os nomes dos devedores que compram fiado resiste às tecnologias mais modernas de registro comercial.

A comunidade também conta com uma organização política institucionalizada, a Associação dos Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira, que, desde 1985, vem se configurando como a força política que angaria melhores condições de vida para a localidade.

Mas nem sempre a comunidade Padre Hildon Bandeira foi assim. Seus primeiros habitantes se alojaram naquelas terras pertencentes ao Instituto de Previdência do Estado da Paraíba, localizadas à beira do Rio Jaguaribe, no início da década de 1970. Eles haviam migrado da área de risco da Barreira do Cabo Branco, situada no bairro do Cabo Branco, em João Pessoa,

que estava sendo erodida e que até hoje indica chances de desabamento, procurando um lugar seguro para morar.

Em meio ao mato alto e expostos aos alagamentos pluviais, como relembram os moradores mais antigos, os ex-habitantes da Barreira do Cabo Branco foram refazendo suas vidas nos locais que hoje configuram as comunidades da Esperança: Brasília de Palha, Padre Hildon Bandeira e São Rafael.

Para tanto, contaram com a ajuda do vigário à época da Paróquia Santa Júlia, Cônego Hildon Bandeira (1913-1984), que era reconhecido pela veemência em trabalhos sociais voltados às pessoas mais carentes. Importante salientar que estavam em voga os princípios do Concílio II do Vaticano, quando a Igreja fez a opção pelos pobres e oprimidos.

Figura 1: Cônego Hildon Bandeira



Fonte: imagem extraída do livro *O religioso e o social em Hildon Bandeira* (FRAGOSO, 2001).

O Cônego que deu nome à comunidade, a qual analisamos neste estudo, foi o primeiro ativista político a mediar relações entre localidade e poder público, a fim de motivar o Desenvolvimento Local. Por sua influência, enquanto religioso, e pelo Capital Humano e Social que possuía, conseguiu fomentar a rede de relações sociais locais na luta contra as privações sociais que aqueles ribeirinhos sofriam.

Mobilizou a imprensa, a Universidade Federal da Paraíba, militares, através do Grupamento de Engenharia de João Pessoa, mecenas, gestores governamentais, bem como a população civil pessoense, de maneira geral, e a comunitária, especificamente, para trazer vida digna à localidade.

Atuando em três frentes principais: educação, saúde e moradia, o Cônego conseguiu em 14 anos, junto à população local, promover desenvolvimento na comunidade, propiciando melhor qualidade de vida no local e fomentando o exercício cidadão dos habitantes. Um dos indicativos concretos deste último ponto foi que, apenas um ano após a morte do religioso, os moradores se organizaram politicamente como Associação dos Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira, para continuarem lutando contra privações sociais e conquistando direitos sociais e políticos- mais detalhes sobre o papel desempenhado pelo Cônego para a promoção do Desenvolvimento Local pode ser encontrado no artigo *Comunicação e desenvolvimento local: folk-ativismo nos movimentos sociais*, escrito por Lucena, Freire Bezerra e Amorim (2014).

Buscando identificar em que grau este nível cidadão se encontra e como estão sendo nutridas as redes de relações sociais no presente, realizamos este estudo sobre os ativistas-folk contemporâneos da comunidade Padre Hildon Bandeira. O objetivo foi entender como estas pessoas, através dos seus Capitais Humano e Social, agem para promover o desenvolvimento da comunidade.

Neste sentido, a análise acerca da forma como estes atores se comunicam, se articulam a outros atores e nutrem a rede de comunicação cotidiana local, através de mediações culturais e políticas, bem como de estratégias comunicacionais, ofertou pistas para entendermos o grau de participação e civismo das relações sociais locais para o enfrentamento de problemas coletivos.

1.4 Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira

A Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira é o principal espaço e meio oficial político no local. Foi criada em 1985, um ano após a morte do Cônego Hildon Bandeira, como resposta à necessidade urgente de organização comunitária para o enfrentamento das causas e consequências dos alagamentos pluviais. Estes ocorriam todos os anos e atingiam às populações ribeirinhas locais, causando perdas de mobílias, de roupas, de eletrodomésticos a uma comunidade que já era demasiadamente carente.

Através desta Organização comunitária, o Governo paraibano, na figura de Wilson Braga, na época, instaurou o Projeto João de Barro no local e construiu habitações de cimento e tijolo a serem distribuídas à população. Até então, a maioria das casas era de lona ou papelão e desabava em épocas de fortes chuvas. Além disso, não havia esgotamento sanitário,

tratamento de água ou carregamento de lixo, o que submetia os ribeirinhos a situações insalubres.

A atuação do Cônego Hildon Bandeira, o qual a população ribeirinha homenageou, batizando a comunidade com seu nome, no início da ocupação comunitária, em 1970, e a sucessiva atuação política de demais agentes locais, através da fundação da Associação de Moradores, provocou progressivamente a conquista de melhores condições de vida na comunidade. Desta forma, toda a estruturação local atual, que mencionamos mais acima, foi organizada a partir da articulação política que a comunidade conseguiu realizar com o poder público, ao longo dos seus 46 anos de existência.

Por conta disto, os agentes políticos que na Associação de Moradores trabalham, para representarem a população local diante da sociedade, são importantes mediadores entre a localidade e o poder público. Eles servem como canais de fala dos anseios comunitários, elaboram projetos junto com o poder público para a localidade e pressionam os governos para executá-los.

Em virtude da percepção da importância desta Organização para a localidade, dois ativistas-folk analisados neste estudo estão diretamente ligados àquela. São eles: Luís Paulo Araújo, ex-presidente da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira e atual diretor financeiro, e Claudenice Felipe da Silva, presidenta dessa Organização e coordenadora da Lavanderia Comunitária. Ambos configuram os nomes mais conhecidos da localidade e de maior prestígio, devido à função que exercem, embora no local não haja estruturação, nem nomeação, hierárquica de uns para com outros. Sobre eles e os outros dois ativistas-folk analisados neste estudo falamos a seguir.

1.5 Quem são nossos agentes locais?

Para a feitura da presente pesquisa, inicialmente, nos debruçamos a detectar as pessoas que se destacavam na comunidade pelos Capitais Humano e Social que possuíam. Esta primeira etapa foi realizada através das técnicas da observação participante e de entrevistas exploratórias realizadas aleatoriamente com atores locais.

A medida que íamos identificando, sob à luz da Teoria da Folkcomunicação, cada agente de transformação popular da comunidade, outro leque de atores locais ia sendo aberto. Ou seja, através do reconhecimento de um ativista, descobríamos outros, totalizando o número de 10 entrevistados, caracterizados como agentes-folk. Dentre os dez, quatro foram selecionados como objetos de estudo da presente pesquisa, por apresentarem mais elementos

analíticos que os identifica como ativistas locais e pela importância social que possuem na comunidade.

Durante este processo seletivo, observamos uma característica fundamental que envolve todos os agentes locais mencionados neste trabalho: o reconhecimento entre eles do papel que desempenham para a comunidade, bem como a articulação solidária e, por vezes, política, que os permeiam na rede de relação comunitária. Desta maneira, em todas as vezes que perguntamos, ao longo da pesquisa, se um ativista entrevistado conhecia os demais que havíamos identificado, bem como o trabalho comunitário desempenhado por eles, a resposta foi positiva e denotava forte reconhecimento da pessoa a que estávamos nos referindo, bem como dos projetos sociais desenvolvidos por ela.

Isso se dá em virtude da conjunção de alguns fatores, dentre eles: I- do longo tempo que os ativistas moram naquela localidade; o que os impele a nutrir relações de afetividade e de zelo uns com os outros, haja vista que no dado espaço comunitário é comum o relato oral de que as pessoas se conhecem para além de gerações e auxiliam-se cotidianamente no tocante aos problemas familiares vicinais; II- das privações sociais enfrentadas pelos moradores, sobretudo, quando do início da ocupação comunitária, nas décadas de 1970 e 1980, em que as situações de vida eram bastante precárias; o que ocasionou a necessidade da união coletiva para a resolução dos problemas comunitários e III- da própria lógica de vida comunitária, que comunga relações fraternais mais sólidas e solidárias pelo convívio amoroso que se constrói, ao permitir que seus moradores se conheçam e possam se colocar na pele uns dos outros, quando em situações difíceis.

Todos esses fatores contribuem para o alto grau de pertencimento comunitário, que motiva os atores sociais a quererem contribuir com o Desenvolvimento Local. Atitudes solidárias, de reciprocidade e sentimentos de gratidão que uns nutrem em relação aos outros são motes impulsionadores de projetos sociais locais, como o desenvolvido pelo capoeirista e consultor de vendas, Júlio César da Silva, mais conhecido como Júlio Ratinho.

Este ativista-folk, de 27 anos, desenvolve um trabalho voluntário, em que ensina às crianças da comunidade vizinha onde cresceu e até hoje reside, os aprendizados adquiridos gratuitamente acerca da capoeira. Como uma forma de retribuir e agradecer à vida a oportunidade que o transformou na pessoa de quem ele hoje se orgulha, o capoeirista continua o projeto de aulas gratuitas do esporte para as crianças e os adolescentes da Comunidade Padre Hildon Bandeira.

Figura 2 Júlio Ratinho lutando capoeira em evento no Recife, em 2014



Fonte: Fotografia ofertada por Júlio Ratinho em 2016.

Seu objetivo é ofertar perspectivas de vida melhor aos seus alunos, através do desenvolvimento formativo que os ensinamentos da capoeira desperta, como disciplina, foco, solidariedade. Além disso, o esporte estimula nos seus praticantes, segundo Ratinho, o aparecimento da necessidade de estudar idiomas diferentes, devido à ponte comunicativa que liga capoeiristas ao redor do mundo, e a busca pelo desenvolvimento pessoal, através do esforço e da dedicação, os quais podem resultar em oportunidades de disputa de competições para além dos espaços comunitários e de vivência de experiências consideradas outrora impossíveis, em virtude do baixo poder aquisitivo da população analisada.

A segunda ativista comunitária identificada no estudo que, inclusive, desempenha o papel de líder comunitária, através da Pastoral da Criança, vinculada à igreja católica local, Nossa Senhora da Esperança, foi Giselda Lima da Silva, de 50 anos. Nesta função, esta ativista-folk realiza voluntariamente pesagens de crianças de zero a seis anos, a fim de ajudar às mães a alimentarem seus filhos de maneira saudável e adequada. Além desta função, Giselda é a agente de saúde mais conhecida da comunidade e realiza visitas em domicílios compostos por famílias que apresentam algum membro caracterizado como grupo prioritário: gestantes, crianças, diabéticos, hipertensos, etc. Seu papel é verificar em que estado se encontra a saúde destas pessoas e orientar os familiares a cuidarem delas da forma



Figura 3: A agente de saúde, Giselda
Fonte: fotografia da autora, 2015.

devida. Giselda, portanto, fornece informações sobre dieta alimentar, vacinação e medicação, desempenhando um trabalho de saúde preventivo com a população local.

Afora isto, realiza a função de promotora da paz local, orientando as crianças, os adolescentes e os familiares moradores das casas que visita a combaterem violências simbólicas e físicas, bem como o tráfico de drogas existente na comunidade. Interessante que a ativista de pouca estatura, voz mansa e fala sábia é respeitada, inclusive, pelos jovens que se encontram na vida criminosa.

Já os outros dois folk-ativistas destacados no nosso estudo desempenham papel político importante na comunidade, pois compõem a presidência da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira, única organização oficial que representa as reivindicações e falas locais.

Casados, Claudenice Felipe da Silva, de 49 anos, presidenta da Associação, e Luís Paulo Araújo, de 56 anos, diretor financeiro da Organização, são responsáveis por mediar as relações existentes entre poder público e comunidade, minimizando os problemas sociais da população, através da articulação e do conhecimento político que realizam e possuem, respectivamente.

Figura 4: Diretor financeiro e presidenta da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira



Fonte: fotografia ofertada pelos ativistas em questão, 2015.

Além de presidenta da Associação, Claudenice é também coordenadora da Lavanderia Comunitária, um dos principais motores econômicos da comunidade. Esta tem uma trajetória de sobrevivência fortemente atrelada a este trabalho. Desde o início da ocupação local, a comunidade foi composta em grande medida por chefes de família lavadeiras, que utilizavam o Rio Jaguaribe, onde moravam às margens, para lavarem roupas de “ganho”, como chamam as roupas lavadas para pessoas de fora da comunidade em troca de pagamento salarial.

Percebendo esta característica comunitária, foi construída, a posteriori, na década de 1990, uma lavanderia local com 30 tanques para as lavadeiras. Nos últimos quatro anos, no governo do ex-prefeito Luciano Agra, esta lavanderia foi reformada e ganhou máquinas, ferros de engomar, tábuas de passar. Atualmente, 15 lavadeiras tiram o seu sustento, a partir da utilização deste espaço, da água, da energia e das tecnologias disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. Claudenice é responsável por, enquanto coordenadora, gerir administrativamente a lavanderia, desempenhando assim, um cargo político, para além do comunitário.

Sobre o papel desempenhado na comunidade por esses atores populares, cada um ao seu modo, nos debruçamos mais a frente neste estudo. Nosso objetivo é desvelar as estratégias e políticas de comunicação utilizadas por eles para a promoção do exercício cidadão e do Desenvolvimento Local.

2 COMUNICAÇÃO E CIDADANIA: INTERSEÇÕES

De maneira geral, a cidadania está relacionada à ideia de participação política nas decisões de assuntos públicos, coletivos e relacionados à vida comunitária.

Em sua origem etimológica o termo advém de *civitas*, palavra em latim que significa cidade. Isso porque a feitura de normas em sociedades, materializadas nas formulações cívicas dos direitos e deveres do homem em relação ao Estado, surgiu, há mais de 2000 anos a.C., como necessidade das antigas cidades-estados romanas e gregas em imporem ordem à vida social pública.

Neste sentido, a cidade de Veneza, na Itália, e a cidade de Atenas, na Grécia, por exemplo, possuíam governos independentes, autônomos e próprios em relação às nações de que faziam parte. Para tanto, começaram a pensar um conceito chamado de política, que advém do termo grego *pólis* (cidade), a fim de organizarem formas de administrar o caos social da vida cidadina.

A política configurou-se, portanto, como o campo de decisão da organização social, estrutural, econômica e cultural das cidades e, por conseguinte, onde a cidadania era exercida. No entanto, o exercício de poder participar dos debates públicos e decidir sobre os rumos da organização social, ou seja, de exercer a cidadania, não era um direito de todos; pelo contrário, em muitos casos o poder de escolha e fala na política era concedido como trocas de favores entre as camadas mais altas da sociedade.

Afora isto, só eram considerados cidadãos homens brancos e livres; o que renegava à coisificação e à infantilização as mulheres, os estrangeiros e os escravos, que eram entendidos como incapazes de refletir e decidir sobre os rumos das cidades-estados.

Segundo Bandeira (2011), a segregação sofrida por esses grupos levou à insurgência de conflitos em busca de acesso à participação na vida pública e, por conseguinte, de busca por outros direitos.

Este embate em busca pelo poder conduziu a humanidade na Idade Média, com o fortalecimento dos Estados-Nação a superar a antiga cidadania, que ocorria por meio de vínculos familiares ou por troca de favores, como já citamos, e fortalecer a concepção atual de cidadania, que é embasada por fundamentos jurídicos (BANDEIRA, 2011).

Iniciada na Idade Média, a reformulação do conceito de cidadania moderna emergiu a partir do fortalecimento da burguesia, que legitimava um novo modo de ser e estar na sociedade: o capitalista.

Nesta nova conjuntura econômica, social e política, os dogmas religiosos começaram a ser substituídos por uma nova racionalidade embasada na ciência e na razão. A “naturalidade” dos poderes herdados e do estar social das coisas começou, então, a ser questionada pela classe burguesa que queria desconcentrar das mãos da aristocracia o poder (BARBALHO, 2009).

Em outras palavras, a burguesia tinha um projeto político revolucionário que mudava os rumos da história. Esta classe almejava os privilégios que até então só pertenciam ao clero, à nobreza e à aristocracia e para realizar seus desejos se apoiou nas ideias iluministas liberais. Neste sentido, Barbalho (2009) argumenta:

Naquele momento, em oposição aos regimes baseados em hierarquias e valores honoríficos, como as monarquias absolutistas, a burguesia assumiu o poder defendendo o ideário do liberalismo, cujo ponto principal era a apologia da liberdade individual como um direito natural do homem (p. 27).

Ainda segundo Barbalho (2009), dois momentos em especial foram importantes para a mutação histórica na concepção de cidadania e da política instaurada no Estado Moderno: I- a Revolução Americana de 1776, que eclodiu a partir da organização civil e de um embate político articulado, bem como embasado em princípios cívicos de emancipação social; II- a Revolução Francesa de 1789, que por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão defendeu os princípios cívicos como universais, alastrando a concepção de participação política democratizada, bem como de luta pelo poder e contra os privilégios aristocráticos, para além da Europa.

Contudo, pontua Barbalho (2009), que embora nascida dos ideais de liberdade individual, a concepção moderna de cidadania pode, por vezes, não ser incitada por regimes políticos liberais, sobretudo quando estes deslocam apenas para uma camada societária o poder de participar da vida política.

Cidadania implica, portanto, regimes democráticos, não necessariamente liberais em completude, que incorporem todos como cidadãos, independente de raça, credo, classe social, gênero, mas sem tirar-lhes o poder de governarem suas vidas de forma autônoma.

Outro questionamento do autor é que o próprio lema da Revolução Francesa “Igualdade, Fraternidade e Liberdade” é por si só conflituoso, pois a liberdade é pensada em nível individual, e, portanto, tem como fim o próprio desenvolvimento pessoal, mesmo que isto implique na evolução humana de uns em detrimento de outros; já a igualdade prima pelo desenvolvimento de todos, mesmo que isto implique um freio na evolução pessoal de alguns por meio da censura a certas liberdades individuais.

Além disto, o manifesto da Revolução Francesa prevê distinções sociais de classe, mesmo afirmando que todos são iguais perante a lei; o que corrobora a negação de um modelo de justiça social sólido e prévio e para necessidade constante das camadas marginalizadas buscarem exercer sua cidadania para descentralizar o poder e tornar a sociedade mais democrática em acesso à política, à renda, ao conhecimento (BAUMAN, 2003; PERUZZO, 1998).

De toda forma, as Revoluções Francesa e Americana constituem passo importante para a cidadania porque deixam no registro histórico a compreensão de que os modelos de desenvolvimento podem ser questionados e mudados, a partir de uma luta por justiça social legítima, que é regulada pelo princípio democrático de que todos devem ter garantidos a igualdade de vez e voz, bem como suas liberdades individuais respeitadas, desde que também não desrespeitem o outro cidadão e o patrimônio público.

Assim sendo, a cidadania como busca por voz e vez se configura como uma luta primordialmente pelo direito de se expressar e validar opiniões em sociedade. Bandeira (2011) fala, portanto, da relação direta entre a comunicação e o exercício cidadão numa democracia tanto mais direta, quanto mais comunicativa.

Bandeira (2011) compreende que faz parte do exercício democrático reivindicar direitos e demandas sociais, articular pautas de ação e pessoas para a luta, bem como legitimar ideias de combate a privações coletivas. Neste sentido, a comunicação é instrumento fundamental para o processo de busca pelo poder na esfera pública, que é a esfera das decisões políticas.

Combinado a isso, o acesso à informação e à produção de conteúdos plurais não só nas redes horizontais de comunicação, mas também nos meios de comunicação social devem ser pautas reivindicatórias cidadãs (BARBALHO, 2009), pois a comunicação social é, sobretudo, um símbolo de poder que legitima o que deve ser discutido em sociedade. Portanto, quanto mais descentralizado o domínio destes meios, maiores as chances de ideias diversas serem debatidas

publicamente e de se configurar uma sociedade mais democrática e participativa, que atenda aos interesses da maioria.

Além disto, nesta conjuntura de cidadania moderna, de acordo com Bandeira (2011), a comunicação perpassa os três níveis de direitos políticos, o que fortalece a interseção entre cidadania e comunicação. São eles: a) o civil, com a liberdade individual de expressão, b) o político, que abarca tanto o direito de ser informado como de produzir informação e participar da tomada de decisões, e c) o social, que engendra as políticas públicas de democratização da comunicação como garantia da pluralidade de informações, conhecimentos, opiniões e descentralização do poder.

Entendendo a interseção cidadania-comunicação-poder, Franco (2001) coloca que uma sociedade é tanto mais desenvolvida, quanto mais fortalecido seu espírito cívico por influir no poder. Isso porque o espírito cívico dinâmico incita uma corresponsabilidade pela localidade e por sua população, que impele a formação de relações sociais mais saudáveis, honrosas e confiáveis, bem como de governos democráticos mais comprometidos com a democratização da renda, do conhecimento e do poder. De maneira similar, como num efeito cascata, podemos refletir que uma sociedade é tanto mais cívica, quanto mais eficazes e plurais suas redes de comunicação.

Estas, segundo Coleman (2001), garantem não apenas a democratização da informação e do conhecimento para o debate público de ideias, bem como de tomada de decisões mais bem fundamentadas e de interesses da maioria, mas também a fomentação da reputação dos que são dignos de confiança para governarem. Em sociedades cívicas e comunicativas, atitudes corruptas e desonestas são menos comuns dos que nas incívicas e de comunicação dispersa, uma vez que o medo do constrangimento ocasionado pela exposição de um ato impróprio leva as pessoas a agirem eticamente.

Também pelo mesmo motivo, estudos parecem indicar (PUTNAM, 2000; COLEMAN, 2001) que nas localidades mais cívicas e comunicativas, a possibilidade de enraizamento de valores nobres como respeito ao outro, solidariedade, ética, são mais fecundos, bem como o protagonismo político se faz mais presente. Dessa forma, se compreende que a comunicação não é só um direito do cidadão, mas também o processo pelo qual a cidadania se desenvolve e ganha força (BANDEIRA, 2011).

2.1 Comunicação das minorias para a cidadania

O conceito de minorias repousa em si mesmo na negação da possibilidade de se comunicar para exercer a cidadania. Segundo Sodré (2009), as minorias s˜o entendidas n˜o em sentido quantitativo, mas no seu viés qualitativo de conceitua o dos que n˜o têm vez e voz numa conjuntura socioeconˆmica e política determinada.

Por este viés, Sodré (2009, p.11) esclarece que o entendimento do conceito por esta perspectiva tem origem na defini o de maioria e minoria alem˜. “Em Kant, maioria   *Mundigkeit*, que implica literalmente a possibilidade de falar. *Mund* significa boca. Minoria   *Unmundigkeit*, ou seja, a impossibilidade de falar. Menor   aquele que n˜o tem a fala plena, como o *infans*”.

Por assim dizer, o conceito assenta na ideia de busca pela voz dos que n˜o s˜o ouvidos nos espaços públicos por se contraporem a lógica dos poderosos econˆmicos e políticos: os homens brancos, *sui generis* e ricos. Neste sentido, a média como outrora foi mencionada, enquanto símbolo de poder, por muitas vezes nega direito de fala aos que se opˆem ao capital, seu provedor, e aos que n˜o se enquadram no modelo hegemˆnico global cultural (CHAUÍ, 2006).

Por isso, a busca por cidadania compreende a exigência da democratiza o dos meios de comunica o social.   interessante para o regime democrático o acesso e a produ o plural de informa es e conhecimentos para que a popula o consiga refletir na vida pública sobre suas demandas sociais, intervindo, por conseguinte, no poder político de forma a legitimar um governo que atenda aos interesses da maioria, esta entendida nesta frase em sentido quantitativo.

Sodré (2009, p.12) acrescenta que as minorias, apesar de qualificarem grupos minoritários como mulheres, negros, homoafetivos, camadas populares, dentre outros, n˜o podem ser reduzidas ao número quantitativo de pessoas que prima pela homogeneidade uns dos outros, mas se constitui, sobretudo, como “fluxo de mudança que atravessa um grupo na dire o de uma subjetividade n˜o capitalista. Este (a minoria)   na verdade um “lugar de transforma o e passagem, assim como o autor de uma obra   um “lugar” móvel de linguagem”.

Este lugar “minoritário”, como denomina Sodré (2009, p.12),   entendido enquanto campo de fluxos e forças que polariza as “turbulências, conflitos”, oferta fermenta o social, orientando identifica es reivindicatórias para a fomenta o da luta contra-hegemˆnica, da luta pela voz e vez.

O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual. Por isso, pode-se afirmar que o negro no Brasil é mais um lugar do que o indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele (SODRÉ, 2009, p.12)

Dessa forma, Sodré (2009) considera que minoria não é um grupo de pessoas, mas um recurso simbólico, um lugar comum, onde são organizadas as ideologias dos violentados para combater as violências sociais históricas.

Neste sentido, podemos refletir que a cidadania, enquanto busca por influenciar o poder e propulsora da reconstrução de direitos e deveres sociais, é tanto mais incentivada, quanto mais democratizada for a sociedade politicamente. Isso porque a luta pela reconstrução de direitos outrora negados, de combate a privações coletivas e de reconhecimento social de diferenças ganha mais força em regimes governamentais que ofertam poder de fala as pessoas.

Por conta disso também, em regimes autoritários e ditatoriais este grau de civismo social é desestimulado. O objetivo: garantir regalias a alguns em detrimento da maioria quantitativa, através da manutenção do estado das coisas e do poder. Para tanto, se estabelece a repressão a falas diferentes, aos questionamentos, à reflexão. Nega-se o direito à liberdade de expressão e ao exercício da cidadania.

Dessa forma, percebe-se que a relação entre comunicação, poder e cidadania é direta. Isso porque para conseguir acessar o poder, as pessoas precisam acessar informações e conhecimentos, para refletir, se comunicar e se articular, configurando uma luta de resistência contra à repressão e à violência simbólica realizadas pelas elites.

No caso específico das lutas contra-hegemônicas das camadas populares, a luta se configura como buscas por melhorias na qualidade de vida destas populações e do desenvolvimento de suas localidades no âmbito educacional, estrutural, ambiental, econômico, cultural e político.

Para se configurarem, no entanto, como organização de luta contra-hegemônica, muitas vezes as comunidades populares forjam estratégias alternativas de encontros, articulações e comunicação. Isso porque, como já afirmamos, frequentemente, a mídia ignora os anseios daquelas e os edita de maneira diferente para beneficiar as elites de quem está a serviço.

Dessa forma, as redes de relações cotidianas locais, as mobilizações, as associações e a internet se configuram como espaços alternativos de expressão pública das reivindicações políticas dos atores das localidades não desenvolvidas.

Nestes campos e através destes instrumentos, os protagonistas comunitários podem fortalecer suas lutas, organizando encontros, onde as divergentes ideias e conflitos podem ser ouvidos e pesados para a formulação de estratégias de combate a privações sociais.

Peruzzo (1998) coloca ainda que, quanto mais embasadas por princípios democráticos de solidariedade, autonomia, participação e igualdade de vez e voz, mais chances de as lutas populares democratizarem socialmente as minorias que lhes endossam e conquistarem o Desenvolvimento Local de onde vivem.

No entanto, Peruzzo (1998) pondera que a cooptação, o autoritarismo, e a desigualdade de poder de fala também podem ocorrer nos jogos de poder dentro da própria comunidade popular e que devemos ficar atentos às opressões que podem insurgir dentro dos próprios movimentos contra-hegemônicos.

É pertinente então levar em consideração a observação de Sodré (2009) de que as formações de minorias contra-hegemônicas não demandam que as pessoas sejam iguais, mas que tenham princípios e pautas de reivindicações comuns que lhes unam numa causa maior.

Para tanto, a comunicação das redes de comunicação locais desempenha um papel fundamental. Elas podem estimular a articulação das minorias e, portanto, o próprio ímpeto de transformação, bem como princípios éticos e democráticos, como salienta Sodré (2009). Em outras palavras, as redes locais e translocais de comunicação contra-hegemônica podem colaborar significativamente para a fomentação do espírito cívico que envolve os atores comunitários para a ação.

3 FOLKCOMUNICAÇÃO, RURBANIDADE E ATIVISMO

No âmbito das linhas de estudo das Teorias da Comunicação Latino-Americanas, que compreendem as lutas das minorias no Brasil, encontra-se a Teoria da Folkcomunicação. Formulada na década de 1960, a Folkcomunicação foi pensada pelo estudioso pernambucano, Luiz Beltrão, como fundamento teórico de análise das formas e procedimentos de comunicação relacionadas à expressão cultural, social e política das camadas marginalizadas das sociedades.

Neste sentido, o conceito de marginalizado se assemelha bastante ao de minoria, uma vez que faz menção às pessoas afastadas das decisões políticas e dos centros de geração de capital financeiro e de produção cultural midiática da sociedade capitalista. Esses grupos minoritários, segundo Beltrão (1980), podem se configurar como rurais, urbanos ou culturalmente marginalizados, dependendo das particularidades que os distanciam do poder, e se subcategorizam didaticamente em messiânicos, político-ativista e erótico-pornográficos.

No caso da presente pesquisa, a população da comunidade Padre Hildon Bandeira poderia, à primeira vista, parecer pertencer à coletividade marginalizada urbana, uma vez que está lotada às margens de uma das principais avenidas da cidade de João Pessoa, a Beira Rio. Contudo, através de observação mais aprofundada, percebemos que o grupo local possui peculiaridades que o aproxima do conceito cunhado por Gilberto Freyre, na década de 1980, de comunidade rurbana¹.

Isso porque a comunidade estudada mescla características do estilo de vida campesino, uma vez que parte significativa de sua população adveio da zona rural, ao modo de vida urbano do qual faz parte.

Comprovando esta observação, os questionários e entrevistas semiestruturadas apontam que dos dez ativistas entrevistados nesta pesquisa, metade é de origem rural; enquanto a outra metade tem forte ligação com este meio, em virtude de ter sido criada por pais agricultores ou ter morado alguns anos iniciais de sua vida no interior paraibano.

Em outras palavras, através destes instrumentos, identificamos que a comunidade Padre Hildon Bandeira foi formada em grande medida por imigrantes campesinos da Paraíba, que vinham para a capital em busca de melhores condições trabalhistas e de vida, uma vez que o trabalho agrícola ao longo da história brasileira foi comumente desvalorizado e explorado por atravessadores, submetendo a população campesina ao trabalho exaustivo, à miserabilidade, à

¹ O conceito de rurbanidade foi elaborado por Gilberto Freyre (1982) em referência às localidades que apresentam características da vida rural e da vida urbana, simultaneamente, pelas peculiaridades das formas de ser e pensar o mundo, bem como de estar nele, das populações que naquelas habitam.

fome, aos baixos índices de escolaridade e à situação de in-comunicação, a que Bordenave (1988) se referiu. Esta característica da comunicação rural, o autor evidenciou ao perceber que o campo brasileiro parecia de um silêncio intenso, em virtude das péssimas condições de vida a que os agricultores estavam submetidos; não lhe restando ânimo ao menos para dialogar.

Por este viés de entendimento da comunidade rurbana, observamos, por exemplo, que, tal qual ocorre no trabalho agrário familiar existente no meio rural brasileiro, a vida privada e a vida pública se confundem no *quefazer* laboral desenvolvido na Lavanderia Padre Hildon Bandeira; um dos mais importantes motores econômicos da comunidade. É possível perceber que, enquanto realizam sua atividade econômica de forma autônoma, as lavadeiras também tratam de questões familiares, vicinais, de amizade, provocando interseções entre os conteúdos que comumente são categorizados e separados pela lógica citadina em público e privado, bem como estabelecendo estratégias e acordos de convivências embalados por lógicas não só econômicas, mas também afetivas.

Outras características presentes na ruralidade brasileira e que se moveram para o espaço citadino, onde se encontra a comunidade Padre Hildon Bandeira- como o machismo² arraigado nas relações camponesas, que é silenciador das mulheres, mesmo que estas representem importante papel de provedoras de lares; a baixa escolaridade, a disposição para o trabalho, a forte crença religiosa, a solidariedade em essência- se fazem evidentes nas falas e nos modos como nossos entrevistados se formaram e pensam o mundo.

Paradoxalmente, é possível perceber também neste mesmo espaço características da lógica urbana no modo como a população analisada se organiza diante da aceleração do tempo, da fragmentação do trabalho, da correria para executar várias funções, da importância do dinheiro para a compra de alimentos, etc. Tudo isso contribui para a configuração de formas peculiares de ser e estar no mundo desta população qualificada aqui como rurbana, que, além de operar hibridizações entre as culturas populares e hegemônicas, realiza, mais especificamente, mesclagens simbólicas e materiais provenientes da convivência entre as culturas rurais e urbanas.

Além disto, observamos que, na atualidade, os agentes sociais da população rurbana da Comunidade Padre Hildon Bandeira, que fomentam a luta contra-hegemônica local, através das formas comunicativas presenciais, bem como por meio dos novos formatos comunicativos,

² O machismo é entendido neste trabalho como comportamento e cultura que inferiorizam e deslegitimam a mulher, por meio de violência simbólica e/ou física, em busca de fortalecer o domínio do homem sobre àquela e promover a desigualdade de acesso a direitos, poder e oportunidades entre gêneros no seio da sociedade.

advindos das tecnologias contemporâneas, são essencialmente ligados às subcategorias messiânica e/ou político-ativista, as quais Beltrão (1980) se referiu.

Isso se explica, sobretudo, a partir de breve resgate histórico da população comunitária, que revela, primeiro, a necessidade constante de combate às graves privações sociais que acometeram a população local, em virtude das intemperes naturais e da ocupação desorganizada, realizada às pressas e sem alguma infraestrutura, especialmente nos primeiros anos de existência da comunidade, como foi relatado na página 19 deste trabalho, no tópico 1.3³.

Tal necessidade, simultaneamente, impulsionou a articulação política comunitária, através da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira, e fomentou a busca pelo fortalecimento espiritual da maioria dos moradores, que, buscando consolo divino diante da precariedade de vida a que estava submetida, se vinculou a alguma das quatro igrejas evangélicas ou duas católicas existentes nas proximidades locais. Este último fator também alude, como mencionado anteriormente, ao forte apego das populações rurais às crenças religiosas. Como a população local é em grande parte influenciada pela lógica campesina de ser e estar no mundo, bem como de pensá-lo, esta intensa necessidade de espiritualização talvez revele mais uma característica de comunidade rurbana.

E, segundo, o pioneirismo ativista do Cônego que deu nome ao local. Ele personificou a união das subcategorias messiânica e política de uma só vez, ao fomentar ações solidárias e religiosas de combate à fome e às situações calamitosas de infraestrutura e saúde a que eram submetidos os ribeirinhos em épocas de chuva forte na década de 1970. Além disto, promoveu a articulação política e o exercício cidadão comunitário, quando organizou mutirões, reunindo imprensa, sociedade e governo para a geração de uma vida mais digna no local, através da construção de casas, creches, escolas, postos de saúde.

Investigando, através dos relatos de moradores locais e de documentos históricos, como desempenhava estas funções, percebemos que o Cônego Hildon Bandeira se destacava por transitar habilidosamente entre o local e o exterior a ele, trazendo notícias de fora à comunidade ou rearranjado as notícias locais para comunicá-las ao exterior comunitário, bem como se articulando mais facilmente com o poder público e outros atores que não pertenciam a comunidade. Esse papel podia ser exercido pelo Cônego por conta das suas capacidades

³ No tópico 1.3 do presente estudo, nos detivemos a contextualizar a comunidade Padre Hildon Bandeira, realçando sua infraestrutura, seus principais motores econômicos, bem como a organização política local. Ainda comparamos a comunidade atual com a sua gênese, evidenciando as principais privações sociais enfrentadas pela população ribeirinha no início da ocupação comunitária. Eram estas: alagamentos pluviais, casas de lona e papelão, falta de esgotamento sanitário e de tratamento de água, inexistência de organização política, condições insalubres de vida.

individuais, como habilidades e conhecimentos, e em virtude do Capital Social que detinha, enquanto religioso, estudioso, jornalista e ativista político, ou seja, da capacidade de se articular em redes sociais diversas.

Dessa forma, o papel desempenhado pelo messiânico-ativista político acima referido dos anos 1970 a 1984, datas de ocupação da comunidade e de falecimento do Cônego, respectivamente, pôde ser analisado a partir do que Beltrão (1980) chamou de líder de opinião. Este conceito compreende pessoas que despontam em seu grupo de referência por recodificarem conhecimentos e informações externos à localidade, rearranjando estes, de acordo com a linguagem e a cultura destas populações e vice-versa.

Em estudo anterior sobre o tema, Lucena, Freire Bezerra e Amorim (2014), verificaram que o Cônego Hildon Bandeira, pelo trabalho de comunicação horizontal e de articulação política que realizou para o enfrentamento de problemas sociais, inspirou, ainda, na localidade o sentimento cívico e de pertencimento comunitário.

Através do modo como se comunicava e de seus atos de solidariedade, bem como do seu compromisso a favor da luta contra-hegemônica no bairro da Torre, ao buscar maneiras de angariar condições de vida mais dignas à população que envolve a Paróquia Santa Júlia, da qual fazia parte, ele se eternizou no local através da criação da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira, fundada um ano após a sua morte, em 1985, e dos projetos sociais que eclodiram *in loco*.

Percebendo a importância deste agente social para a promoção do Desenvolvimento Local, buscamos desnudar as estratégias comunicativas e políticas utilizadas pelos ativistas-folk contemporâneos no vigente cenário socioeconômico comunitário.

Contextualizando tal cenário, que é influenciado pelas globalizações econômica e cultural, materializadas no advento e no uso massivo das tecnologias da informação e comunicação, nos debruçamos a analisar a história de vida e os projetos sociais desenvolvidos por quatro pessoas que se destacam na comunidade Padre Hildon Bandeira atualmente por contribuírem com a luta contra-hegemônica local.

Em outras palavras, intentamos entender, sob a perspectiva da comunicação e do Desenvolvimento Local, como os Capitais Humano e Social são gerados e se retroalimentam, a partir da atuação destes agentes sociais, para a configuração do enfrentamento comunitário contra as privações sociais e para a construção de espíritos civicamente fortes em nome de espaços comunitários abençoados- como nomina Putnam (2000) os locais entretecidos por redes de relações sociais sólidas e saudáveis- na conjuntura contemporânea. Para tanto,

utilizamos como uma de nossas lupas analíticas as atualizações teóricas de Trigueiro (2008) acerca da função desempenhada pelos líderes de opinião pensados por Beltrão (1980).

3.1 Ativismo-Folk na contemporaneidade

De acordo com Woitowicz (2014), diante da insurgência de novos formatos e canais de comunicação, possibilitados pelo progresso tecnológico e, sobretudo, pelo advento da internet, em escala global, bem como dos seus desdobramentos que ao tempo acelera, enquanto diminui distâncias, e promove trocas simbólicas e materiais diversas de forma facilitada, os pesquisadores atuais da Folkcomunicação vêm buscando repensar como as redes de relações cotidianas locais estão sendo nutridas na contemporaneidade e influenciam toda essa conjuntura maior de que fazem parte.

No bojo destes estudos, o pesquisador Trigueiro (2004, 2008, 2013) tem se destacado por atualizar o conceito de líder de opinião, pensando por Beltrão, ao de mediador ativista. A distinção básica entre os dois conceitos emerge da constatação de que o primeiro desempenhava primordialmente uma função que agora não é tão mais necessária, em virtude do acesso das camadas populares à mídia. Era papel principal dos líderes de opinião trazer as novidades advindas de fora dos entornos comunitários, recodificando sua linguagem “estrangeira” à narrativa “nativa” e vice-versa.

Trigueiro (2008) observou, no entanto, que tal papel tem sido desenvolvido mais intensamente na atualidade por tecnologias da informação e comunicação, cada vez mais presentes nas casas da população brasileira. Por outro lado, também verificou que por conta desta intensa convivência entre cultura local e midiática, os ativistas folk vêm desenvolvendo outra forma de atuação na comunidade, deixando de desempenhar essencialmente a função de agente intermediário da comunicação e incorporando outra: a de mediador ativista, ou, como queira chamar, de ativista folkmidiático (TRIGUEIRO, 2008). Este

age motivado pelos seus interesses e do grupo ao qual pertence na formatação das práticas simbólicas e materiais das culturas tradicionais e modernas. É um narrador da cotidianidade, guardião da memória e da identidade local, reconhecido como porta-voz do seu grupo social e transita entre as práticas tradicionais e modernas, apropria-se das novas tecnologias de comunicação para fazer circular as narrativas populares nas redes globais. (TRIGUEIRO, 2008, p. 48)

Em outras palavras, estes mediadores funcionam como pontes entre a localidade e o poder público, entre as culturas populares e as hegemônicas, ora realizando as negociações

políticas e culturais nos jogos de correlações de forças existentes em sociedade, legitimando a hegemonia que convém ao seu grupo, como alertou Gramsci (1978), ora resistindo como força contra-hegemônica à exclusão que a globalização neoliberal pode causar às localidades não-desenvolvidas.

Estas duas funções são desempenhadas, respectivamente, quando tal ativista-folk circula pelos espaços locais e globais, mediando conflitos, hibridizando culturas, produzindo novos conteúdos simbólicos, ao incorporar na linguagem hegemônica aspectos culturais locais e vice-versa num mundo interligado pelas tecnologias e/ou serve de ponte e facilitador entre comunidade e poder público, retroalimentando o espírito cívico local, através dos conteúdos simbólicos que inserem nas redes de comunicação cotidianas.

Neste sentido, Trigueiro (2013, p. 700) afirma:

O mediador ativista (pode atuar na política, na cultura, na religião e em outras áreas do seu conhecimento) se sobressai dos demais, do seu grupo primário, pela sua produção intelectual que é apropriada e incorporada ao uso das práticas da comunidade local. Em outras palavras, o mediador ativista atua no campo cultural ou político emprestando o seu produto de criação cultural (cordel, cantoria, teatro, danças, jornal, mural, grafites, arte santo, culinária, entre outras) ou nos movimentos sociais.

Para realizar ambas as funções estes mediadores devem dispor de recursos individuais e culturais ao seu favor, como Capital Humano, que faz referência aos conhecimentos e às habilidades individuais, e Capital Social, conceito que se relaciona à capacidade de se unir em redes sociais de relações. Dessa forma, quanto mais articulado a redes diversificadas de grupos humanos e socialmente bem quistos, maiores as chances deste ator mobilizar pessoas e movimentos a favor de melhorar a qualidade de vida do seu grupo de referência.

No entanto, é válido salientar que para ser um ativista em seu grupo cultural e político, o ator social não precisa ter alta escolaridade nem capital financeiro. A promoção à agente mediador da localidade ocorre pela proatividade deste e pelo reconhecimento das demais pessoas de que o ativista tem características interessantes para fazer negociações, articular mutirões e demandas sociais, elaborar conteúdos simbólicos locais.

São mediadores ativistas que operam dispositivos de comunicação das redes de cooperações e solidariedades, entre populações de convivência próximas umas das outras, vinculadas por laços de parentesco, de vizinhanças, história de vida, como alternativa de sobrevivência individual e coletiva em regiões subdesenvolvidas da ruralidade (e das cidades também) nordestina. Esses

mediadores operam em redes espontâneas de comunicação em diversas situações para suprir as deficiências das instituições formais locais de prestação de serviços públicos (educação, saúde, segurança, cultura, comunicação, etc.) ou privados (TRIGUEIRO, 2013, p. 698)

Dessa forma, quanto mais agentes mediadores numa localidade, maiores as chances do espírito cívico local crescer e do desenvolvimento da comunidade também. Incentivar o protagonismo político dos demais parece-nos, portanto, a principal contribuição que o agente mediador pode ofertar ao seu grupo de referência, através de sua ação.

Como neste trabalho estamos interessados em entender o ativismo-folk nas suas diversas dimensões (cultural, econômica, educativa, desportiva, espiritual), mas sempre observando como isto influi no engajamento político da comunidade e na promoção da melhoria de vida da população local, as categorias de análise selecionadas para investigar o papel desempenhado por ativistas-folk, sob a perspectiva do Desenvolvimento Local, foram justamente o Capital Humano e o Social dos atores e, especificamente nesta última categoria, o da comunidade também. A seguir, falamos mais detalhadamente sobre o conceito de Desenvolvimento Local defendido neste trabalho, a fim de, a posteriori, investigar e analisar como os ativistas-folk podem promover aquele.

4 DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA QUEM? UM QUESTIONAMENTO NECESSÁRIO

O conceito de Desenvolvimento Local está nas pautas de pesquisas dos intelectuais da contemporaneidade, tanto nas dos que defendem uma perspectiva de que o termo pode se configurar como estratégia alimentadora da globalização hegemônica, quanto nas dos que questionam o *status quo* e enxergam aquele como busca de solução para os problemas sócio-econômicos causados por esta própria globalização. Por isso, a pertinência de se discutir Desenvolvimento Local numa época de encurtamento espaço-temporal- possibilitado, sobretudo, pelas tecnologias da informação e comunicação- e de neoliberalismo, bem como de se contextualizar sobre o uso do conceito que defendemos neste trabalho.

De acordo com Franco (2000), no primeiro grupo estão os pesquisadores que fundamentam o conceito de Desenvolvimento Local a partir de um viés primordialmente econômico, entendendo o crescimento financeiro de determinada localidade como sinônimo de desenvolvimento. Por esta concepção, o desenvolvimento econômico local legitima o modelo excludente de desenvolvimento global, embasado pelos princípios neoliberais do modo de produção capitalista que vem se reinventando nas últimas décadas.

Isso porque, para o neoliberalismo, é interessante a existência de espaços sócioterritoriais posicionados vantajosamente em detrimento de outros, segundo Franco (2000), a fim de que a busca competitiva entre as localidades por reconhecimento do mercado hegemônico global leve-as a oferecer a este as melhores condições de investimento.

Além disso, segundo o autor, é própria da conjuntura econômica contemporânea a reafirmação da dimensão local para garantir, simultaneamente, fixidez, flexibilidade e diversidade de mercados, bem como de fatores de produção, a fim de propiciar o não esgotamento das possibilidades econômicas que o sistema capitalista complexo solicita.

Segundo Sousa Santos (2002, p.29), esse é marcado pelas seguintes características: “I. economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global, II. processos de produção flexíveis e multilocais; III. baixos custos de transporte, IV. desregulação das economias nacionais (...)”.

Por este viés de conceituação de Desenvolvimento Local, as diferenças locais são envolvidas por um caráter competitivo e entendidas como desigualdades que levam alguns espaços sócioterritoriais a se destacarem no mercado global e outros não. Dessa forma, por legitimar a exclusão social, tal olhar sobre o Desenvolvimento Local fortalece o modelo de desenvolvimento vigente: o que concentra riquezas.

Segundo Oliveira (2001, p.11), o próprio discurso dominante, ciente do tipo de desenvolvimento que incita, vem substituindo o uso deste termo por crescimento, evitando-se “(...) uma certa impregnação qualitativa da noção anterior; uma vez mais, a disputa do campo semântico apresenta-se como uma arena da política e da hegemonia ideológica que não se pode desconhecer”. Afinal, como explicar o uso do termo desenvolvimento para qualificar um crescimento econômico que, apesar de gerar riqueza, se concentra nos bolsos de poucos, não proporcionando desenvolvimento humano e social da maioria?

Oliveira (2001) acrescenta que a Organização das Nações Unidas (ONU) tenta recuperar esta dimensão qualitativa do termo desenvolvimento, quando pensa questões como qualidade de vida e bem-estar social, através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Neste mesmo sentido, Franco (2000, p. 16) afirma que, dentre os intelectuais que forjam conceituações sobre Desenvolvimento Local sob o viés economicista, há defensores menos radicais que entendem esse termo não só como estratégia promotora do crescimento econômico, mas também da qualidade de vida. Estes teóricos acreditam que, através da exploração das potencialidades endógenas, “promovendo um progresso técnico-produtivo” (FRANCO, 2000, p. 16), as localidades podem gerar riqueza, emprego e, por conseguinte, melhor qualidade de vida a sua população.

Dessa forma, os pesquisadores apontam que há outras dimensões, além da econômica, importantes, quando se pensa em desenvolver qualitativamente localidades, tais como: cultura, recursos naturais, conhecimento- ainda que não enfrentem o modelo de crescimento econômico legitimado pelas classes hegemônicas, apenas estimulando a adequação das localidades a esse.

Em outras palavras, segundo Franco (2000), apesar de pensarem soluções para a pobreza através do Desenvolvimento Local, já articulando suas múltiplas dimensões, tais teóricos contribuem para a manutenção do modelo de desenvolvimento excludente, pois não o combate, pelo contrário, o alimenta.

Também para Oliveira (2001), a satisfação de requisitos que engendrem o bem-estar e a qualidade de vida em espaços delimitados, como mensura a ONU com o IDH e os teóricos citados por Franco (2000) que enxergam o Desenvolvimento Local por uma perspectiva econômica menos radical, não é suficiente para se configurar o Desenvolvimento Local por dimensões mais complexas e qualitativas.

Primeiro porque, segundo Oliveira (2001), pensar Desenvolvimento Local requer refletir sobre o não-desenvolvimento histórico de certas localidades que configura as camadas populares do capitalismo. Segundo porque pensar Desenvolvimento Local solicita uma escolha: concebê-lo como legitimador do modelo de desenvolvimento vigente ou como alternativa a este.

No grupo de pesquisadores que pensam, por um viés qualitativo, o Desenvolvimento Local como estratégia de transformação do *status quo*, outra dimensão- que não é incitada pelos pesquisadores que pensam o Desenvolvimento Local como adaptação ao modelo global- a cidadania, é tão ou mais importante do que indicadores de melhoria da qualidade de vida e de bem-estar social. Isso porque, segundo Oliveira (2001), o exercício da cidadania, que se desenvolve no espaço político de negociações, é quem promove a conquista de direitos, a própria melhoria da qualidade de vida e a justiça social. Assim, Oliveira (2001, p. 12) coloca:

Embora o bem-estar e uma alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se deve colocar tais direitos como sinônimos de cidadania, pois esse economicismo pagaria o preço de desconsiderar como cidadãos os que não têm meios materiais de bem-estar e qualidade de vida. De outro lado, qualquer assimilação do tipo citado também inverte os sentidos da política, pois é através desta que os cidadãos lutam pelo bem-estar e qualidade de vida, e não o inverso.

Neste mesmo sentido, Franco (2000) aponta que as sociedades mais desenvolvidas são aquelas que têm acesso à cidadania e à vida moderna de maneira mais solidificada.

Oliveira (2001) ainda afirma que reduzir o Desenvolvimento Local à mensuração de índices de acumulações financeiras que permitem acesso a serviços e bens, sem considerar a dimensão cidadã- a qual não pode ser quantificada, pois trata-se de um “estado de espírito social e humano”, segundo Oliveira (2001)- seria fechar os olhos às causas complexas e macro das privações sociais enfrentadas no mundo, bem como ao motivo da dependência de grupos

oprimidos às camadas hegemônicas para sobreviver. “O desafio do desenvolvimento local é o de dar conta desta complexidade, e não voltar as costas para ela” (OLIVEIRA, 2001, p.13).

Para Oliveira (2001, p. 13), enquanto o Desenvolvimento Local for pensado numa perspectiva de adaptação ao modelo vigente e enquanto “emplastro capaz de curar as mazelas de uma sociedade perversa, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades”, o desenvolvimento humano, social, cultural, ambiental, político pouco evoluirá e pouco contribuirá com as lutas contra-hegemônicas globais e locais, as quais Sousa Santos (2005) se referiu.

Isso porque são nos conflitos, nas negociações, na autopedagogia do estar em movimento que as sociedades exercem sua cidadania, se desenvolvem, passam a refletir criticamente, se emancipam. Assim, qualquer tentativa de engessar as ações políticas destas populações locais a modelos paradigmáticos está fadada ao fracasso, segundo Oliveira (2001).

Por defender uma perspectiva de Desenvolvimento Local transformadora e realizada para e pelas camadas populares, que são as habitantes dos locais não-desenvolvidos, Oliveira (2001) considera que a primeira dimensão daquela estratégia de luta deve ser o fomento à participação cidadã e a configuração de um governo local, a fim de se criar energia política e acesso ao poder, bem como aos direitos, de maneira mais direta.

Isso porque, segundo ele, a separação entre poder representativo e população só é vantajosa para “os grandes grupos econômicos e políticos que formam uma oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum...(esta separação é uma) forma de dominação para evitar que a democracia seja realmente o governo de todos” (OLIVEIRA, 2001, p. 14).

Dessa forma, é tarefa da ágora local criar novas racionalidades, para além da burguesa, segundo Oliveira (2001), de combate a modelos antidemocráticos, excludentes, concentradores. Nesta perspectiva, a construção de um espaço territorial forte não só economicamente, mas também politicamente e culturalmente, bem como a pressão por um Estado e por um modelo de desenvolvimento contra-hegemônico que abrace a causa dos dominados devem ser pautas de luta dos não desenvolvidos localmente.

Mas como como fomentar uma estratégia de Desenvolvimento Local que promova a cidadania em busca da qualidade de vida das camadas populares? Como dirimir privações sociais e combater a pobreza através da influência no poder?

Buscamos pistas para refletir sobre estas questões a partir das discussões abaixo, já que a concepção de Desenvolvimento Local que defendemos é a que, além de fortalecer economicamente as localidades, promove cidadania, reconstrói direitos outrora negados, valoriza as culturas diversas, propõe outra lógica de vida e valores, bem como se volta a fortalecer a luta das minorias. Estas entendidas não em sentido quantitativo, mas como grupos de pessoas que tiveram historicamente pouca vez e voz garantidos, como as mulheres, os negros, os gays, os habitantes pobres das cidades, os camponeses e os moradores de comunidades rurais, como a população analisada neste estudo.

4.1 Como promover Desenvolvimento Local?

. Explicado que o conceito de Desenvolvimento Local defendido neste trabalho é o que se propõe a ser uma alternativa emancipatória de grupos oprimidos historicamente por sistemas de desenvolvimento exploradores, cabe-nos agora refletir sobre como a configuração do desenvolvimento humano-social-econômico-político pode ser concretizada de maneira autocrativa, integrada e autônoma, de forma que traga benefícios a localidades até então não desenvolvidas.

Franco (2000) afirma que, embora se saiba serem as localidades mais desenvolvidas aquelas em que suas populações têm mais acesso à cidadania e à forma de vida moderna, é desconhecida a fórmula para o desenvolvimento. O autor, ao menos, revela que há ingredientes semelhantes nestes espaços sócio-territoriais que nos oferecem pistas de como perseguir o Desenvolvimento Local. São eles: Capital Humano, Social, Empreendedor e Político. Segundo Franco (2000), quanto mais estimulados estes capitais forem, maiores as chances de que riqueza, conhecimento, renda e poder sejam mais equitativamente distribuídos.

Para Franco (2000), o Desenvolvimento Local só é promovido quando as potencialidades endógenas, simbólicas e materiais, são dinamizadas. Mas, para que isso ocorra, outros fatores devem se reunir, como educação da população, proatividade, empreendedorismo, articulação política, investimentos financeiros, participação social (FRANCO, 2000). Em outras palavras, é preciso investir naqueles ingredientes (Capitais Humano, Social, Empreendedor e Político) para que o Desenvolvimento Local seja possível.

Além disso, segundo este autor, para tornar dinâmicas potencialidades materiais e simbólicas é preciso identificar suas vocações e vantagens comparativas em relação às demais localidades, pois o local só existe em relação ao outro. Entretanto, como não pensamos o

Desenvolvimento Local a partir de viés preponderantemente econômico, é preciso estimular não só a percepção das diferenças das localidades, mas também a cooperação necessária em dado espaço sócioterritorial para que a coletividade consiga se fortalecer e combater os problemas sociais.

Interessante neste ponto ressaltar uma crítica de Oliveira (2001, p.24) ao Desenvolvimento Local que se pretende cooperativo: “o desenvolvimento local tende a substituir a cidadania, tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses de apaziguamento de conflitos”.

Neste sentido, se faz necessário frisar que, quando falamos em cooperação, solidariedade, colaboração, não desconhecemos os conflitos existentes em qualquer grupo social, nem queremos calar a energia política individual e coletiva. Fazemos referência à pauta de anseios e lutas maiores de uma comunidade que, apesar de possuir pessoas que pensam por muitas vezes de formas contraditórias, têm objetivos coletivos acordados e algumas concepções comuns para o bem da comunidade.

Isso porque em locais detentores do *ethos* comunitário a ideia é de que todos estão no mesmo barco (BAUMAN, 2003) e de que devem se ajudar mutuamente pois o entendimento é de que se hoje um passa por dificuldades, amanhã poderá ser o outro Além disto, em locais dotados do *espírito* cidadão a ideia é de que se deve fortalecer a luta contra privações sociais causadas pela política de desenvolvimento das oligarquias hegemônicas (OLIVEIRA, 2001).

Em busca de se fomentar este clima de cooperação, mas não menos cidadão, um conjunto de princípios, como igualdade, solidariedade, autonomia, participação, democracia deve ser estimulado na localidade- que configura um movimento social de luta contra privações coletivas (PERUZZO, 1998)- concomitantemente ao incitamento de um espírito empreendedor e criativo a favor do Desenvolvimento Local.

Oliveira (2001) e Franco (2000), portanto, convergem no entendimento de que Desenvolvimento Local é, sobretudo, o desenvolvimento das capacidades das pessoas marginalizadas de influírem no poder, pensando outras alternativas de dinamizar suas matérias-primas e mãos de obra, com vistas à descentralização da riqueza e à democratização social. Para tanto, quanto mais estimulado o compartilhamento de Capital Social (cidadania), mais chance do Capital Humano (conhecimento) ser desenvolvido e, conseqüentemente, dos demais também. Sobre como ocorre este ciclo retroalimentador falamos adiante.

Para Franco (2000), nesta lógica, o ganho econômico é estimulado pelo ganho social, político, cultural, ambiental e vice-versa, num processo cíclico, sustentável, interligado autopoiético (autocrativo).

Desta forma, mesmo sem saber a fórmula do desenvolvimento, que não existe de forma acabada, mas se cria e reiventa no *quefazer* político de cada sociedade, sabemos os ingredientes necessários para que as localidades se desenvolvam. É importante investir neles e na energia política potencial de cada lugar.

Nesta pesquisa, nos detivemos a estudar mais profundamente os Capitais Humano e Social, mas relacionando as contribuições destes para outros tipos de capitais, inclusive para o Econômico⁴. Isso porque o nosso objetivo neste trabalho é observar, sob a perspectiva do Desenvolvimento Local, o papel desempenhando por ativistas populares da comunidade Padre Hildon Bandeira no âmbito do jogo político existente na rede de relações cotidianas.

Em outras palavras, nosso intuito é entender se os ativistas colaboram para a promoção do conceito de Desenvolvimento Local selecionado neste estudo e como fazem isto. A pertinência do trabalho está em identificar, bem como analisar características e ações que podem ser úteis para a evolução dos estudos em Desenvolvimento Local, pensado numa perspectiva transformadora.

⁴ Como ativista-folk ligada à produção de capital econômico destacamos a coordenadora da Lavanderia Comunitária Padre Hildon Bandeira, Claudenice Felipe da Silva. A Lavanderia é um dos principais motores financeiros no local e garante o sustento de 15 lavadeiras chefes de família.

5 CAPITAL SOCIAL

O que torna uma sociedade desenvolvida e outras não? Quais recursos têm disponíveis as comunidades que regulam bem seus conflitos? E quais recursos são inexistentes em localidades doentes socialmente? No bojo destes questionamentos, que desde muito tempo inquietam sociólogos, economistas, cientistas políticos, emergiu na segunda metade do século passado, o conceito de Capital Social.

Este se refere à capacidade de se organizar em redes de relações sociais, seja para enfrentar problemas coletivos ou, simplesmente, para fomentar formas lúdicas de estar reunido. Tais organizações, mesmo com fins triviais⁵, podem contribuir para o fortalecimento da conexão entre pessoas e, por consequência, para o fortalecimento do protagonismo social nos jogos de poder realizados em sociedade. Estas são constatações que pesquisadores do conceito parecem indicar em suas investigações.

Repousando em outro termo bastante estudado, a cidadania, mas sem fazer referência direta a esta, teóricos considerados fundadores do conceito Capital Social (BOURDIEU, 2003; COLEMAN, 2001; PUTNAM, 2000) afirmam serem as organizações civis a chave para o desenvolvimento, tal qual observou Oliveira (2001), ao falar que é no *quefazer* político em sociedade que os direitos outrora negados são construídos e privações sociais dirimidas.

Mas tal fenômeno que o Capital Social expressa vem sendo pensado desde muito antes, há pelo menos dois séculos, apesar de assim não ter sido nominado, quando do surgimento de pesquisa inserida no contexto do regime democrático norte-americano. O precursor, chamado Alexis Tocqueville, buscou investigar já na década de 30 do século XIX o que fornecia energia política para a ação social e humana no combate a privações de várias ordens (FRANCO, 2001).

De acordo com Franco (2001), nesta investigação, Tocqueville percebeu que o que diferenciava as pessoas dos Estados Unidos das demais países na resolução de conflitos sociais era a capacidade de auto-organização em associações, tanto de fins banais como de fins tidos como de séria envergadura.

⁵ Quando nos referimos à expressão “fins triviais” nos remetemos ao caráter lúdico, espontâneo, por vezes, afetivo e descontraído que envolve certas redes de relações sociais criadas pelos seres humanos. De acordo com Franco (2000), o futebol do final de semana, os grupos de leituras, as festas comunitárias são formas de “estar junto” que fortalecem o sentimento de pertencimento local, o zelo de uns para com os outros e, portanto, também a cidadania. Por isso, estas organizações de “fins triviais” são tão importantes para a nutrição do espírito cívico, quanto as de “séria envergadura”.

Para o pesquisador de dois séculos atrás, esta era a chave que proporcionava aos norte-americanos a capacidade de regularem com êxito seus conflitos. Para alguns pesquisadores mais atuais (COLEMAN, 2001, PUTNAM, 2000), em virtude das experiências investigadas, tanto em âmbito sociológico, quanto econômico, neste interim, a capacidade de auto-organização e de exercício da cidadania de populações locais continuam sendo vistas como recursos fundamentais a serem ativados para se angariar o desenvolvimento sócio-econômico-político-cultural das comunidades.

Portanto, em virtude da humanidade ainda não ter conseguido resolver problemas sociais e econômicos como pobreza e falta de oportunidades em localidades que ainda não se desenvolveram, o estudo do conceito de Capital Social, embora antigo, permanece vivo e necessário, a fim de que se pensem estratégias locais para fomentar as redes de relações e o empoderamento sociais.

Estes são pré-requisitos para que os cidadãos consigam fazer circular outros capitais e enriquecerem não só economicamente, mas também politicamente, visto que, como alerta Putnam (2000), as comunidades desenvolvidas não se tornaram mais cívicas porque eram ricas, mas enriqueceram porque eram cívicas. Dessa forma, este pesquisador indica que o capital social se configura como recurso catalisador do desenvolvimento econômico.

Nos próximos tópicos, observamos como os teóricos Coleman (2001) e Putnam (2000) vêm fomentando o estudo acerca do Capital Social na contemporaneidade.

5.1 Como o Capital Social pode gerar outros capitais, como o Econômico e o Humano?

Simulação: Cecília é jornalista e trabalha numa empresa de comunicação. Ela tem duas pautas para terminar até às 20h e já são 19h. Bernardo, seu colega de trabalho, já concluiu todas as pautas dele do dia. Ele poderia, então, ajudar Cecília a terminar as dela, finalizando uma das pautas, para que todas as matérias previstas pela equipe fossem realizadas. Seu pensamento poderia ser de que, se hoje a ajudo, amanhã, quando estiver em apuros, ela poderá me ajudar. Mas, se Bernardo não confiar que Cecília o auxiliará, quando for necessário, possivelmente os dois passarão por momentos difíceis sozinhos, um hoje, outro amanhã.

Com exemplos semelhantes, Putnam (2000) argumenta que a falta de confiança no outro e de espírito cívico pode arruinar ações cooperativas entre pessoas e, por consequência, resultar em diversos problemas individuais e coletivos. De outra forma, se Cecília fosse digna da

confiança de Bernardo e ambos soubessem disto, tais problemas poderiam ser resolvidos de forma a beneficiar os dois envolvidos.

Partindo deste mesmo entendimento, Coleman (2001) fala, para fins didáticos, em tipos de Capital Social. Um deles, chamado de *Obrigações, Expectativas e Confiabilidade*, tem lógica semelhante ao de créditos do capital financeiro, configurando noção de reciprocidade. Tal Capital Social funciona assim: se Bernardo ajudar Cecília, como no exemplo dado anteriormente, ele cria em si expectativa de que ela também o ajudará futuramente e possibilita que ela crie em si a obrigação de que terá que ajudá-lo, quando ele precisar. Coleman (2001) diz ainda que, se Cecília não nutrir a obrigação de ajudar Bernardo futuramente, foi porque este investiu erroneamente seu Capital Social. Portanto, assim como sugeriu Putnam (2000), Coleman (2001) observa que esta relação é baseada na confiança e na reciprocidade construída cotidianamente.

Seguindo a lógica econômica, caso Cecília ajude Bernardo, retribuindo a atitude, o crédito de confiabilidade entre os dois aumentará; o que pode levar Bernardo a ajudá-la mais vezes, gerando créditos maiores de expectativas dele e obrigações dela para com ele. Dessa forma, Bernardo fortalece o seu Capital Social e o da empresa de comunicação, numa lógica semelhante do que acontece com o capital financeiro.

No entanto, este “banco de favores” a que Coleman (2001) se refere pode estar atrelado a interesses individuais que não beneficiem a todos. Neste caso, podem-se criar relações cooptadas, desonestas e danosas. Um exemplo, no Brasil, de situações assim descritas acontece atualmente no Congresso Nacional, onde políticos enlaçados em jogos de interesses votam processos que muitas vezes não beneficiam a população, mas os seus aliados, como troca de favores.

A despeito, os autores, Putnam (2000) e Coleman (2001) defendem que as comunidades regulam tanto melhor seus conflitos, quanto mais cívicas, articuladas, cooperativas. E, para assim serem, princípios, valores e sentimentos relacionados à confiabilidade, à ética, à solidariedade e à cidadania devem ser estimulados.

Putnam (2000) ainda argumenta que através da cooperação, todos que podem estar em apuros, saem ganhando. Assim, nas localidades de pouco desenvolvimento econômico, estrutural e ambiental, por exemplo, organizações sociais podem ser de bom usufruto para a geração de outros capitais, inclusive financeiro, para todos.

Isto revela também que, estas organizações funcionam melhor, quanto maior for o sentimento de interdependência entre seus atores. Para esclarecer o porquê disto, Coleman (2001) explica que, diferentemente do investimento em capital físico e humano, em que o benefício vem todo para si ou para pessoas de seu afeto, como filhos, o investimento em capital social só chega ao investidor em parte e pode beneficiar quem não se esforçou tanto quanto o outro, gerando uma divisão lucrativa equitativa, mas injusta. Assim, surge uma tendência de que atores mais independentes privilegiem desejos e ações individuais a coletivas; o que gera crescimento financeiro individual em detrimento do comunitário.

Por isso, o espírito de interdependência da organização, bem como o estímulo à participação ativa dos envolvidos são tão necessários para a cooperação, sobretudo em comunidades que enfrentam privações sociais e desejam se desenvolver econômica e socialmente.

Por esta vertente, o Capital Social vem começando a ser visto pelos economistas como ingrediente fundamental para o desenvolvimento econômico. Putnam (2000) alerta que alguns estudos já apontam que o espírito cívico das redes de relações sociais para o sucesso de empreendimentos socioeconômicos é tão importante quanto os baixos custos, o investimento em tecnologia adequada, a escolha de ambientes propícios e de Capital Humano qualificado.

Segundo Putnam (2000), isso se explica porque tal espírito cívico possibilita que sejam formadas organizações menos corruptas, mais cooperativas, éticas, eficazes, haja vista que a reputação, a corresponsabilidade e as redes de comunicação são estimuladas em redes de relações com perfil cidadão e democrático.

Ou seja, em redes cooperativas e de gestão participativa, a responsabilidade pela boa governança do empreendimento é de todos os envolvidos. Isto nutre um sentimento de pertencimento e zelo pela organização que impele os participantes a cuidarem dos limites, das normas e obrigações da associação e, por consequência, impede que atitudes desonrosas se proliferem.

Dessa forma, a estrutura destas organizações possibilita que acordos político-econômicos sejam divulgados para o conhecimento de todos os participantes, que inovações sejam aceleradas e que cortes de transações financeiras sejam evitados (Putnam, 2000); o que é construtivo para o desenvolvimento econômico do grupo.

Para tanto, o sistema de cooperação implica a configuração de uma rede de comunicação dinâmica e fechada, necessária para que se nutra a confiança um no outro, com base na reputação. Endossando esta perspectiva, os laços sociais, em redes cívicas, e o compartilhamento de informações neles favorecem que atitudes desonestas sejam combatidas pelo constrangimento da exposição do desonesto. Assim são desvelados e classificados os dignos de confiança, os que devem fazer parte da cooperação, e os que não são, os que devem estar fora da associação (PUTNAM, 2000).

Em outras palavras, mas querendo externar pensamento semelhante, Coleman (2001) afirma que estruturas sociais em redes fechadas colaboram para formação do Capital Social porque estas fomentam o estabelecimento de acordos e limites (normas), bem como estimulam sentimento de confiabilidade, pelo estreitamento das relações e pela comunicação, que favorece ou destrói reputações.

Para exemplificar como o Capital Social, fomentado por redes sociais cívicas favorecem o Desenvolvimento Local, em âmbitos econômico, político, social, Putnam (2000) coloca as lições deixadas pelo governo italiano na década de 1970. Esse estabeleceu na nação cerca de vinte governos regionais idênticos e autônomos em localidades de conjunturas econômica, social e política diferentes. O resultado do estudo confirmou a hipótese dos pesquisadores de que alguns governos fracassariam e outros não, a partir deste sistema de governo.

O motivo do fracasso ou sucesso não se dava em virtude das organizações governamentais, nem das ideologias dos partidos políticos que as governavam, pois a estrutura organizativa era tão semelhante em cada localidade, que tais fatores não influenciavam diretamente o resultado. Tampouco a estabilidade política dos governos importava significativamente para o fracasso ou sucesso.

O fator que explicava o desenvolvimento ou a falta dele nas regiões já havia sido percebido muitos anos antes por Tocqueville: existiam nas localidades prósperas alto grau de compromisso cívico, fosse construído por círculos literários, participação em eleições e/ou organizações desportivas. Ou seja, havia hábitos e tradições construtores do capital social.

Putnam (2000) constatou, então, assim como Tocqueville sugeriu dois séculos antes, que o Capital Social era subproduto das atividades coletivas, o que nos possibilita refletir que ele era formado muitas vezes despreziosamente, pois não se vai a um jogo de futebol ou a outras atividades lúdicas, por exemplo, preocupado em se discutir política. Portanto, o

protagonismo político e o espírito cidadão de certas localidades eram fomentados também em redes de relações cotidianas triviais.

Descrevendo as comunidades italianas prósperas, Putnam (2000) coloca:

Algumas regiões da Itália, como Emilia-Romagna e Toscana, têm muitas organizações comunitárias ativas. Os cidadãos dessas regiões estão comprometidos por uma motivação de interesse público, não de patrocínio. Cada um deles confia que os demais atuarão corretamente e que obedecerão as leis. Os líderes nestas comunidades são relativamente honestos e estão comprometidos com a igualdade. As redes sociais e políticas estão organizadas horizontalmente, não hierarquicamente. Estas comunidades cívicas valorizam a solidariedade, a participação cívica e a integridade. E aqui a democracia funciona (PUTNAM, 2000, p. 92- tradução realizada do espanhol para o português de forma livre pela autora da presente pesquisa)

Em contrapartida, Putnam (2000) descreve que nas regiões não exitosas existiam poucas organizações, os assuntos públicos eram de cargo de outras pessoas, como chefes, políticos, intelectuais, as leis eram feitas para serem descumpridas e que, por isso, havia vigilâncias e repressões severas, dentre outras coisas.

Assim, Putnam (2000) reflete, comparando os dois contextos, que as localidades exitosas enriqueceram por serem cívicas e não o contrário. Logo, as não exitosas permaneceram pobres porque eram incívicas. Corroborando este pensamento, Putnam (2000) observa que a simples reconversão econômica em comunidades populares de baixo capital social não resolvem problemas de baixa escolaridade e empregos ruins, por exemplo. Para fortalecer este argumento, considera que os jovens pobres habitantes de bairros abençoados (os que possuem valores nobres e alto grau cívico), têm mais chances de concluírem a escola e de arrumarem bons empregos.

Isso é explicável porque em comunidades assim há um clima de valores positivos e de autoestima entretecido na rede de relações cotidianas, o que favorece a cooperação, em situações difíceis, colaborando para que todos sejam estimulados a se desenvolver como pessoa e contribuir para a coletividade.

De maneira inversa, jovens pobres que vivem em locais individualistas, onde cada um só se preocupa consigo e as redes sociais não são formadas, tendem a ter menor qualidade de vida e de desenvolvimento pessoal, bem como maiores chances de se inserirem em situações perigosas e danosas.

Em outras palavras, Putnam (2000) afirma que o local em que se vive ajuda a definir as experiências que teremos, os valores que construiremos e quem nos tornaremos. Por isso, o Capital Social de uma comunidade é tão importante para a produção não só do Capital Financeiro, mas também, e, sobretudo, do Capital Humano.

Por conta destes resultados de pesquisa, até mesmo os economistas mais conservadores começam a reconhecer a importância do ciclo retroalimentador da vida financeira e social para o Desenvolvimento Local. Está se fortalecendo a ideia de que o alto grau de cidadania e de solidificação de redes sociais possibilitam também empreendimentos financeiros mais eficazes e éticos; bem como maior qualidade de vida para as populações.

Isso explica porque até os pesquisadores que privilegiam a dimensão econômica em detrimento de outras em suas análises abrem a mente para pensarem modelos de desenvolvimento mais humanos, cívicos, sustentáveis e democráticos.

A seguir, nos detivemos a refletir sobre como o Capital Social pode contribuir para a promoção do desenvolvimento pessoal dos sujeitos e vice-versa.

5.2 Capital Social e Capital Humano: um ciclo

Assim como Putnam (2000) destaca a importância do Capital Social para a promoção do desenvolvimento econômico, Coleman (2001) destaca a importância do capital social familiar e comunitário, em sua pesquisa, para o desenvolvimento de conhecimentos pessoais, a partir da análise de como as redes cívicas contribuem para o êxito escolar de estudantes.

Seus estudos indicam que pais que dispõem tempo e esforço para a formação de laços sociais dentro de casa e na comunidade colaboram para a formação de valores e atitudes nobres, bem como para a aprendizagem de conhecimentos dos seus filhos.

Ele observa que, quanto mais as redes comunitárias são fechadas e as familiares também, mais chances de normas, obrigações, princípios coletivos serem interiorizados pelo tecido social e dos jovens e crianças permanecerem na escola. Assim, por exemplo, se o pai de A e o pai de B mantiverem boas relações na comunidade e dentro de casa, mais chances de seus filhos nutrirem valores comunitários também e permanecerem na escola.

Caso contrário, se os pais de A e B não dialogam nem nutrem laços, maiores as chances do espírito cívico ser perdido e dos princípios comunitários também. Tais fatores desembocam em maiores chances de evasão escolar dos seus filhos, segundo o estudo de Coleman (2001).

O autor atenta que o Capital Humano paterno, ou em outras palavras, o conhecimento, os sentimentos e a personalidade que os pais possuem, também é importante gerador de bens herdados para a educação dos filhos. Contudo, se pais com alto nível de Capital Humano não dispenderem tempo e dedicação para nutrir os laços familiares, ainda que nutram bons relacionamentos em rede fora de casa, os filhos não desfrutarão desta herança (COLEMAN, 2001).

Com estas constatações, Coleman (2001) observa como o espírito cívico, nutrido em redes fechadas, colabora para a fomentação do conhecimento dos sujeitos. No entanto, é pertinente ponderar que, se muito fechadas, estas redes podem impedir que outras aptidões, conhecimentos e inovações pessoais sejam criados e desenvolvidos, já que a negação do contato com o diferente fecha nossa mente para as infinitas possibilidades e conhecimentos existentes no mundo.

Contribuindo com o entendimento de que as redes de relações, sejam elas familiares, comunitárias ou de outra ordem, interferem diretamente na formação pessoal dos sujeitos, Jara (1999) coloca que é no contexto sócio-cultural que parte das subjetividades, dos pensamentos e dos valores do homem se formam.

Contudo, na contramão deste caminho, o autor coloca que os contextos sociais também recebem múltiplas influências dos indivíduos, pois as relações nutridas que tornam a comunidade dinâmica parte do que há dentro das mentes e corações de cada um. Dessa forma, se são nutridos dentro de si valores nobres, atitudes e falas dirigidas aos outros também serão construtivas, o que fomenta aspectos positivos na vida em sociedade.

Ao contrário, sentimentos de raiva, inveja, egoísmo existentes dentro de si colabora para atitudes e falas autodestrutivas e relacionamentos danosos. Jara (1999, p.15) questiona: “como falar de amor político, de confiança e solidariedade com os outros, sem paz e amor interior, sem autoestima, se experimentamos abandono, estamos internamente separados, não somos?”.

Assim, o autor nos permite refletir que um sentimento comunitário cívico, solidário, cooperativo requer que cada um da comunidade nutra em si o amor, o companheirismo, a solidariedade.

A despeito, o Capital Humano, que se configura como os conhecimentos, as aptidões, os sentimentos e motivações individuais só se torna Capital Social de um sujeito, quando ele compartilha seus dons, talentos e pensamentos na vida social (JARA, 1999). Assim, a confiança, a solidariedade, a cooperação só se tornam construtivas para o Capital Social, quando saem do nível individual e passam a permear as redes de relações comunitárias.

Estes dois movimentos de fomentação do Capital Humano pelo Social e vice-versa acontecem todo o tempo nas comunidades sociais, haja vista que é inata a necessidade humana de se comunicar e relacionar. Dessa forma, como numa lógica até natural, porém construída, porque é social, estes capitais se influenciam reciprocamente.

Por conta disso, quando analisamos o papel desempenhado pelos ativistas folk da comunidade Padre Hildon Bandeira; nos detivemos a observar como o compartilhamento social dos capitais humanos deles, construídos individualmente e coletivamente nos contextos sócio-culturais, produzem mais capitais humanos e sociais no grupo comunitário, numa perspectiva de promoção do Desenvolvimento Local.

Assim, buscamos captar traços determinantes da personalidade, das condutas, das maneiras de ser e pensar o mundo de cada um dos agentes-folk selecionados para a presente pesquisa, a partir do entendimento de suas histórias de vidas, bem como desvendar os temperos e cheiros que permeiam as redes de relações sociais da comunidade Padre Hildon Bandeira e que conferem a esta certo grau cívico. O objetivo disto foi entender como o Capital Humano se transforma em Capital Social em comunidades populares e vice-versa.

5.3 Tipos de Capital Social

Neste tópico, especificamos algumas formas existentes de capital social e refletimos sobre como ele pode contribuir para a cidadania local inserida numa conjuntura social complexa e permeada por valores por vezes contraditórios ao da comunidade.

Segundo Coleman (2001) há, pelo menos, três tipos de capital social: o das expectativas, obrigações e confiabilidade; o dos canais de informação e o das normas e sanções efetivas.

O primeiro, como já explicamos anteriormente, diz respeito ao banco de favores que se forma, quando os sujeitos colaboram uns com os outros em determinada rede de relações sociais porque nutrem entre si um sentimento de confiabilidade. Na lógica do banco de favores, as ajudas geram expectativas em quem cedeu auxílio, pois este espera que em outra ocasião

também seja ajudado, e obrigações nas pessoas ajudadas de retribuírem a ação. Esta rede, quando bem nutrida, gera uma linha de créditos e dívidas a serem pagas continuamente.

Por sua vez, o segundo tipo de Capital Social, nominado por Coleman (2001) de canais de informação, diz respeito às redes de relações necessárias para se obter informações importantes para a ação; bem como para fomentar a construção da reputação dos dignos de confiança.

Já o terceiro tipo, as normas e sanções efetivas, são importantes para garantir acordos em sociedade que garantem efeitos externos positivos, como sensação de segurança, ao andar nas ruas, por exemplo.

Uma norma, que, segundo Coleman (2001), contribui de forma especial para o Capital Social é a de que devemos superar desejos egoístas e agir em nome da coletividade. Esta norma, segundo o autor, é reforçada pelos benefícios que traz: reputação, honra, prestígio.

O autor acrescenta que tais ações altruístas, quando estimuladas, podem ser interiorizadas no espírito comunitário, mas, mesmo que sejam só trampolins para recompensas, são fundamentais para o combate contra problemas sociais.

É interessante observar que esta categorização realizada por Coleman (2001) possui apenas caráter didático e que muitas vezes estes três tipos de Capital Social se complementam e se configuram simultaneamente em certas organizações sociais em maior ou menor grau.

De maneira semelhante, mas sem nominar como tipos de capital social, Putnam (2000) entende que as normas, as redes de comunicação e a confiança são pilares para a fomentação de sistemas cooperativos e coordenados, tão melhores para o Desenvolvimento Local de comunidades não-desenvolvidas, quanto mais fortes os valores cívicos e éticos.

Esta conjuntura, segundo o autor (2000) favorece o engajamento individual e coletivo dos atores envolvidos, bem como fomenta atitudes de reciprocidade e solidariedade, tão necessária para a retroalimentação do Capital Social.

No entanto, é pertinente atentar para o perigo que Oliveira (2001) chamou de comunidades bucólicas e harmoniosas. Estas, segundo o autor, podem se configurar como danosas à cidadania porque inibem o confronto de ideias e a liberdade de expressão em nome de uma paz local. Podem ser instituídos, assim, governos civis autoritários e de comunicação vertical, bradando o mote do Desenvolvimento Local.

Neste sentido, Jara (1999, p.12) afirma:

No mundo local, onde a comunidade ainda é comunidade, ainda existem realidades sociais, historicamente determinadas, caracterizadas pela ação conjunta, redes de sociabilidade afirmadas na reciprocidade e cooperação, esperança no outro, homogeneização de interesses em torno de reivindicações e demandas coletivas, emocionais, coletivos solidários, identidades, relacionamentos não competitivos, sujeitos históricos que revelam sentimentos não individualistas como proteção, lealdade, dignidade e honestidade. Certo, existem também atributos culturais negativos, formas específicas de interação social que levam ao conflito. Como os desejos de posse ou controle de recursos produtivos ou energias laborais, que leva a determinado grupos sociais ao apego, à luta, condicionando um emocional desintegrador. Mas, o mundo local ainda é um campo fértil para semear o capital social.

Dessa forma, convém, visando-se realizar uma análise complexa, observar no presente estudo como estes interesses individualistas e solidários convivem, como as culturas capitalistas e comunitárias se imbricam, como os valores e os conflitos sociais são construídos e resolvidos na comunidade Padre Hildon Bandeira.

Combinamos, portanto, nesta pesquisa as contribuições de Coleman (2001), Putnam (2000) e Jara (1999) para analisar como os valores cívicos e éticos são estimulados na rede de relação social popular formada pelos moradores da comunidade Padre Hildon Bandeira. Assim, utilizamos a tipologia de Capital Social, formulada por Putnam (2000) e Coleman (2001)- o das expectativas, obrigações e confiabilidade; o dos canais de informação e o das normas e sanções efetivas- para desnudar as estratégias e políticas de comunicação que permitem o compartilhamento dos Capitais Humanos dos ativistas-folk, bem como avaliar em que medida as formas como este é realizado contribuem para a produção de mais Capitais Humano e Social para o grupo. Jara (1999), por sua vez, nos auxilia a entender como ocorre este processo cumulativo, a partir da compreensão que sujeitos dotados de Capital Humano positivo contribuem para a formação de valiosos espíritos cívicos grupais e vice-versa em busca da promoção de vidas mais dignas para minorias, pois que as comunidades populares constituem brechas, onde se podem exercer amorosidades e cidadania.

No próximo bloco desta pesquisa, apresentamos os resultado e discussões dos ativistas-folk investigados, sob a perspectiva do Desenvolvimento Local.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Denise Daudt. **A relação entre os processos de comunicação e cidadania.** Estudos, v. 38, n. 4. Goiânia, 2011. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/viewFile/2327/1424>>. Acessado às 9h do dia 10 de julho de 2015.

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre;. **Comunicação e cultura das minorias.** 2ª Ed. Paulus, São Paulo 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas.** Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BELTRÃO, Luiz. Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BORDENAVE, Juan Diaz. O que é comunicação rural. São Paulo. Editora brasiliense. 3ª ed. 1988.

BOURDIEU, Pierre. O capital social-notas provisórias. In: NOGUEIRA, M.A. CATANI, A. (Org.). **Escritos da Educação.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998. BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas e estratégias comunicacionais.** Seminário “Fronteiras culturais: identidade y comunicación em América Latina”. Universidade de Stirling, 16 a 18 de outubro, 1996.

_____. Introdução ao estudo das culturas populares. **In: As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Editora Braziliense, 1983. p.42-56.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CEPAL. **A redução da pobreza e da extrema pobreza se estaca na América Latina.** Disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/comunicados/reducao-da-pobreza-e-da-extrema-pobreza-se-estanca-na-maioria-dos-paises-da-america>. Acessado às 15h do dia 20 de julho de 2015.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre Estudos Culturais.** São Paulo: Jinkings Editores Associados. 2ª Ed. 2008, p. 9-26, 60-65, 130-137.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o Nacional e o Popular na Cultura. In: **Cidadania Cultural: o direito à cultura.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 15-28.

COLEMAN, J. S. Capital social y creación de capital humano. In: HERREROS, F. FRANCISCO, A. de (Org.). **Capital Social**, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. **A violência é resultado da desigualdade**. Revista Isto É. Dezembro, 2004. Disponível em:

<http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/8575_A+VIOLÊNCIA+E+RESULTADO+DA+DESIGUALDADE>. Acessado às 8h30 em 9 de julho de 2015.

EL PAÍS. **A luta contra pobreza perde fôlego na América Latina**, 2015. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/30/internacional/1422643328_842941.html> Acessado às 10h em 10 de julho de 2015.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

FRAGOSO, Dom Antônio. **O religioso e o social em Hildon Bandeira**. João Pessoa, Unipê, 2001.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2000.

FRANCO, Augusto de. **Capital social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnan, Fukuyama, Maturana, Catells e Levy. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: que é?** Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. Recife: 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993. Recife: Edupe, 2007.

JARA, Carlos Júlio. **Capital social**: construindo redes de confiança e solidariedade. Instituto Iberoamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.

LUCENA, Severino Alves de; FREIRE BEZERRA, Juliana; AMORIM, Maria do Carmo de. Comunicação e desenvolvimento local: folk-ativismo nos movimentos sociais. **Revista Internacional de Folkcomunicação**. Ponta Grossa, 2014.

MACIEL, Betânia. Folkcomunicação e desenvolvimento local. In.: LOPES FILHO, Boanerges Balbino (org.) **Folkcomunicação no limiar do século XXI**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento sustentável. In: CATANNI, A. D (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Editora Almedina, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo: HUCITEC, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis, Programa de Gestão Pública e Cidadania/ EAESP/FGV, 2001.

PAIVA, Raquel. Mídia e política de minorias. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre;. **Comunicação e cultura das minorias**. 2ª Ed. Paulus, São Paulo 2009.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

PUTNAM, Robert David. La comunidade próspera. El capital social e la vida pública. In: LEDESMA, M.P. (Org.) **Ciudadanía y democracia**. Madrid: Editora Pablo Iglesias, 2000.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Receptores Imaginados: os sentidos do popular**. XVII Encontro da Compos, Unip-SP, 2008.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In.: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. 2ª Ed. Paulus, São Paulo 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

TENÓRIO, Fernando G. **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Folkcomunicação & ativismo midiático**. João Pessoa: Editora UFPB, 2008.

_____. **Quando a televisão vira outra coisa: as estratégias de apropriação das redes de comunicação cotidianas em São José de Espinharas-PB**. Tese de doutorado. São Leopoldo, 2004.

_____. Folk-ativismo.. In.:MELO, Marques de; FERNANDES, Guilherme Moreira. **Metamorfose da Folkcomunicação: antologia brasileira**. São Paulo: Editae Cultural, 2013.

WOITOWICZ, Karina Janz: Ativismo (folk) midiático e estratégias de luta na Marcha das Vadias: recortes da ação política nas ruas e nas redes. **Revista Internacional de Folkcomunicação**. Ponta Grossa-PR, 2014.

Folk-ativismo para o Desenvolvimento Local: políticas e estratégias de comunicação na comunidade Padre Hildon Bandeira

Juliana Freire Bezerra⁶

Severino Alves de Lucena Filho⁷

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local-Posmex, referente à linha de pesquisa Estratégias e Políticas de Comunicação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O objetivo foi analisar o papel desempenhado por ativistas-folk na comunidade urbana Padre Hildon Bandeira, situada em João Pessoa-PB, sob a perspectiva do Desenvolvimento Local. Do estudo, evidenciamos em que medida os atores sociais contribuem para a nutrição de redes cívicas e de comunicação, criando oportunidades, democratizando socialmente a comunidade e estabelecendo relações de solidariedade e confiança, bem como angariando benefícios sociais junto aos poderes públicos.

Palavras-chave: Folk-ativismo. Comunicação. Cidadania. Desenvolvimento Local.

Folk-activism for Local Development: policies and communication strategies on Padre Hildon Flag community

Abstract: This paper presents the results of research developed at the Graduate Program in Rural Extension and Local-Posmex Development, on the line of research strategies and Communication Policy, the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE). The objective was to analyze the role played by activist-folk in the community urbana Father Hildon Flag, located in João Pessoa-PB, under the local development perspective. From the study, we noted ways in which social actors are linked to nutrition civic networks and communication, creating opportunities, socially democratizing the community and establishing relations of solidarity and trust, as well as raising benefits with public authorities.

Keywords: Folk-activism. Communication. Citizenship. Local development.

Folk-activismo para el desarrollo local: políticas y estrategias de comunicación en la comunidad de Padre Bandera Hildon

Resumen: Este trabajo presenta los resultados de las investigaciones desarrolladas en el Programa Graduado de Extensión Rural y Desarrollo Local-Posmex, en la línea de las estrategias de investigación y la Política de Comunicación, de la Universidad Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). El objetivo fue analizar el papel desempeñado por el activista-popular en la comunidad de Padre urbana Bandera Hildon, situado en João Pessoa-PB, bajo la perspectiva del desarrollo local. A partir del estudio, hemos observado formas en que los actores sociales están vinculados a las redes cívicas nutrición y la comunicación, la creación de

⁶ Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento, linha de pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação, pela UFRPE, especialista em Educação e Desenvolvimento Sustentável pela UFRPE e graduada em jornalismo pela UFPB. E-mail: juliana_freire6@hotmail.com.

⁷ Pós-Doutor pelo Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aviero-Portugal e professor do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE. Email:recifrevo@uol.com.br.

oportunidades, la democratización de la comunidad social y el establecimiento de relaciones de solidaridad y confianza, así como elevar los beneficios con las autoridades públicas.

Palabras clave: Folk-activismo. Comunicación. La ciudadanía. El desarrollo local.

INTRODUÇÃO:

A Folkcomunicação é uma linha teórica da Comunicação Latino-Americana que busca investigar os canais e procedimentos comunicativos forjados pelas minorias da sociedade. De acordo com Sodr e et al (2009), estas são entendidas como fluxos de resistência cultural, econ mica, política e comunicativa, fomentadores de lutas contra-hegemônicas, por vezes anti-capitalistas, que freiam os imperativos elitistas locais, nacionais e globais.   intuitivo das minorias, portanto, aumentar o poder de abrangência e legitimidade de suas vozes, que foram historicamente silenciadas, para influenciar com mais força os campos de decisões políticas (PERUZZO, 1998).

Cabe, portanto,   Folkcomunica o analisar e compreender estas estratégias políticas e comunicativas, muitas vezes divulgadas por meio de canais informais de comunica o, bem como geradas a partir de diálogos e processos de difusão de informa o espontâneos (WOITOWICZ, 2014). Para tanto, o criador da Teoria, Luiz Beltrão, categorizou, ainda na década de 1960, didaticamente, estas minorias em marginalizados urbanos ou rurais e culturalmente marginalizados, dependendo das especificidades causais que caracterizam o afastamento destes grupos dos centros de fala e poder da sociedade. Os agentes destas resistências, por sua vez, foram classificados, segundo Beltrão (1980), em messiânicos, político-ativistas e erótico-pornográficos, de acordo com as pautas reivindicatórias, bem como das estratégias de política e comunica o que defendiam e utilizavam para expressarem-se, enquanto agentes de transforma es sociais.

Nesta perspectiva, as localidades não desenvolvidas, sejam rurais ou urbanas, configuram brechas valiosas de atua o destes agentes transformadores, que buscam fomentar projetos sociais e políticos promotores de oportunidades e combatentes de priva es coletivas enfrentadas pela popula o de que fazem parte. Na conjuntura contemporânea, somados às formas de comunica o popular tradicionais, outros formatos comunicativos e horizontais de difusão social de informa es e conhecimentos, possibilitados com o advento da internet e de tecnologias comunicativas multimídias, fortalecem este processo de busca por vez e voz das minorias.

A inquietação acerca de como são desenvolvidas as formas de expressão e articulação de comunidades populares na atualidade, fomentadoras da luta contra privações coletivas e a favor da conquista de direitos sociais, desembocaram nos seguintes questionamentos, a serem respondidos neste estudo: como agem as pessoas que se destacam em seu grupo de referência para endossarem a cidadania e a democratização social local, através da alimentação de redes de comunicação cotidianas, face a face, sociais e virtuais? Quais estratégias políticas e comunicativas os ativistas-folk elaboram para a promoção da luta em busca de vida mais digna na localidade e de geração de oportunidades socioeconômicas?

Intentando compreender, portanto, estes processos de fortalecimento da contra-hegemonia, através do olhar da comunicação popular em suas novas abrangências, é que, neste estudo, analisamos, sob a perspectiva do Desenvolvimento Local⁸, o papel desempenhado por ativistas-folk na comunidade popular rurbana⁹ Padre Hildon Bandeira. Esta situa-se no bairro da Torre, em João Pessoa-PB, às margens de uma das principais avenidas da cidade, a Beira Rio.

Para tanto, selecionamos duas categorias de análise: o Capital Social e o Capital Humano¹⁰. Ambos configuraram lentes analíticas necessárias para que captássemos o espírito cívico atual da comunidade Padre Hildon Bandeira e desvendássemos as falhas e acertos de estratégias de busca por Desenvolvimento Local. Neste sentido, nos debruçamos a investigar em que medida os ativistas-folk contribuem para a democratização de conhecimentos e de princípios valiosos, como a solidariedade, a participação e a autonomia, bem como para a fomentação do *ethos* comunitário necessário para o exercício político coletivo. Buscamos compreender ainda o que os motivam a desempenharem os papéis de agentes sociais de

⁸ A perspectiva de Desenvolvimento Local defendida neste estudo não abrange apenas questões de ordem econômica, mas também é ancorado em estudos que o compreendem em sua perspectiva sistêmica de desenvolvimento social, político, cultural; haja vista que, segundo Franco (2000) e Oliveira (2001), é através da cidadania, bem como da democratização de conhecimento e de renda que as sociedades exitosas conseguiram combater situações de miserabilidade e de sofrimento humano.

⁹ Dentre as categorizações realizadas por Beltrão (1980) acerca dos grupos marginalizados (urbanos, rurais e culturalmente marginalizados), a comunidade Padre Hildon Bandeira pode parecer, à primeira vista, se encaixar no grupo de marginalizados urbanos, por estar localizada às margens de uma das principais avenidas de João Pessoa, a Beira Rio. Mas um olhar mais aprofundado sobre a localidade permite desvendar que ela se encaixa mesmo no conceito formulado por Gilberto Freyre (1982), o de comunidade rurbana, haja vista que parte significativa da sua população se configura como imigrante campesina. A comunidade se caracteriza por mesclar características culturais rurais e urbanas.

¹⁰ O primeiro faz referência à capacidade de se articular e estabelecer redes de relações sociais cívicas para a promoção de melhorias comunitárias. Já o segundo alude aos conhecimentos, sonhos e habilidades individuais que habitam cada ser humano e, que, se compartilhados, podem gerar mais capital humano e social na comunidade.

mudança e como nutrem as redes cotidianas e virtuais cívicas de comunicação para aumentar o poder de voz e para multiplicar o acesso a oportunidades de seu grupo de referência.

Para fomentar a lupa de análise deste trabalho, contamos com contribuições dos teóricos Franco (2000), Putnam (2000), Coleman (2001) e Oliveira (2001). Eles ofertaram, através de suas pesquisas, subsídios teóricos para que nossa análise percorresse o tecido social comunitário e dele evidenciasse o grau de civismo local; o que implicou observar as normas sociais estabelecidas, as relações de reciprocidade, o grau de confiança, de expectativas e obrigações de uns para com os outros, bem como as ações de cooperação e solidariedade existentes na comunidade. Para a formação do aporte teórico acerca do Desenvolvimento Local, da cidadania e da comunicação das minorias que narramos, a partir do fenômeno de globalização hegemônica, contamos com os pesquisadores já citados Oliveira (2001) e Franco (2000), assim como Jara (1999), Bauman (2003), Sousa Santos (2002, 2005), Beltrão (1980), Trigueiro (2008), Sodré (2009), Peruzzo (1998), dentre outros.

1.1 Caracterização da comunidade Padre Hildon Bandeira

Uma minicidade dentro da capital paraibana. É assim que a comunidade Padre Hildon Bandeira, localizada no bairro da Torre, pode ser descrita. No local, habitado por 628 famílias, há creche, escolas, praça, minicampo, postos da saúde, igrejas, dentre outros espaços públicos.

A comunidade é ainda atendida por serviços prestados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no tocante ao carregamento de lixo, à saúde, à alimentação e à geração de renda comunitária, através, respectivamente, da Empresa de Lixo Urbano (Emlur), do Programa de Saúde da Família (PSF) e dos projetos sociais, ofertados pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes). Exemplos destes últimos são o Banco de Alimentos- que distribui verduras, frutas e raízes à população- a Lavanderia Comunitária e as capacitações profissionais, que abarcam cursos de crochê, manicure, arquivista. Além disso, esgotamento sanitário e tratamento de água são realizados no local, através do serviço prestado pela Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa), de competência do Governo Estadual.

Seus principais motores econômicos são as rendas geradas por meio das lavagens de roupa, realizadas pelas mulheres da comunidade, na Lavanderia Comunitária e nos espaços domésticos, bem como dos pequenos comércios, muitos regulados por relações de confiança em que o caderno com os nomes dos devedores que compram fiado resiste às tecnologias mais modernas de registro comercial.

A comunidade também conta com uma organização política institucionalizada, a Associação dos Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira, que, desde 1985, se configura como a força política que angaria melhores condições de vida para a localidade.

Mas nem sempre a comunidade Padre Hildon Bandeira foi assim. Seus primeiros habitantes se alojaram naquelas terras pertencentes ao Instituto de Previdência do Estado da Paraíba, localizadas à beira do Rio Jaguaribe, no início da década de 1970. Eles haviam migrado da área de risco da Barreira do Cabo Branco, situada no bairro do Cabo Branco, em João Pessoa, que estava sendo erodida e que até hoje indica chances de desabamento, procurando um lugar seguro para morar.

Em meio ao mato alto e expostos aos alagamentos pluviais, como relembram os moradores mais antigos, os ex-habitantes da Barreira do Cabo Branco foram refazendo suas vidas nos locais que hoje configuram as comunidades da Esperança: Brasília de Palha, Padre Hildon Bandeira e São Rafael.

Para tanto, contaram com a ajuda do vigário à época da Paróquia Santa Júlia, Cônego Hildon Bandeira (1913-1984), que era reconhecido pela veemência em trabalhos sociais voltados às pessoas mais carentes. Importante salientar que estavam em voga os princípios do Concílio II do Vaticano, quando a Igreja fez a opção pelos pobres e oprimidos.



Figura 1: Cônego Hildon Bandeira. Fonte: imagem extraída do livro *O religioso e o social em Hildon Bandeira* (FRAGOSO, 2001).

O Cônego¹¹ que deu nome à comunidade, a qual analisamos neste estudo, foi o primeiro ativista político a mediar relações entre localidade e poder público, a fim de motivar o Desenvolvimento Local. Por sua influência, enquanto religioso, e pelo Capital Humano e Social que possuía, conseguiu fomentar a rede de relações sociais locais na luta contra as privações sociais que aqueles ribeirinhos

sofriam.

Buscando identificar em que grau este nível cidadão se encontra e como estão sendo nutridas as redes de relações sociais no presente, realizamos este estudo sobre os ativistas-folk

¹¹Mais detalhes sobre o papel desempenhado pelo Cônego para a promoção do Desenvolvimento Local pode ser encontrado no artigo *Comunicação e desenvolvimento local: folk-ativismo nos movimentos sociais*, escrito por Lucena, Freire Bezerra e Amorim (2014).

contemporâneos da comunidade Padre Hildon Bandeira. O objetivo foi entender como estas pessoas, através dos seus Capitais Humano e Social, agem para promover o desenvolvimento da comunidade.

1.2 Quem são nossos agentes locais?

Para a feitura da presente pesquisa, inicialmente, nos debruçamos a detectar as pessoas que se destacavam na comunidade pelos Capitais Humano e Social que possuíam. Esta primeira etapa foi realizada através das técnicas da observação participante e de entrevistas exploratórias realizadas aleatoriamente com atores locais.

À medida que íamos identificando, sob à luz da Teoria da Folkcomunicação, cada agente de transformação popular da comunidade, outro leque de atores locais ia sendo aberto. Ou seja, através do reconhecimento de um ativista, descobríamos outros, totalizando o número de 10 entrevistados, caracterizados como agentes-folk. Dentre os dez, quatro foram selecionados como objetos de estudo da presente pesquisa, por apresentarem mais elementos analíticos que os identifica como ativistas políticos e/ou messiânicos e pela importância social que possuem na comunidade. São eles:

Figura 2: Quadro de apresentação dos ativista-folk analisados no presente estudo

Nome	Idade	Onde nasceu	Ocupação atual	Escolaridade	Ativismo-folk/ Associação/ Projeto Social	Participação em Movimento popular/
Luis Paulo de Araújo	56	Serra Redonda	Funcionário público	2º Grau Completo	Diretor financeiro da Associação de Moradores local.	
Claudeneice Felipe da Silva	49	Bananeiras	Coordenadora da Lavanderia	6ª série do Ensino Fundamental	Presidenta da Associação de Moradores local e Coordenadora da Lavanderia Comunitária.	
Júlio César da Silva	27	João Pessoa	Consultor de Vendas	2º Grau Completo	Organizador e professor voluntário do projeto social de capoeira local.	
Giselda Lima da Silva	50	João Pessoa	Agente de saúde comunitária	2º Grau completo e Técnica em Auxiliar de Enfermagem	Agente de saúde comunitária e voluntária do Programa de pesagem realizado pela Pastoral da Criança.	

Fonte: Quadro elaborado pela autora desta pesquisa.

Durante este processo seletivo, observamos uma característica fundamental que envolve todos os agentes locais mencionados neste trabalho: o reconhecimento entre eles do papel que desempenham para a comunidade, bem como a articulação solidária e, por vezes, política, que os permeiam na rede de relação comunitária. Desta maneira, em todas às vezes que perguntamos, ao longo da pesquisa, se um ativista entrevistado conhecia os demais que

havíamos identificado, bem como o trabalho comunitário desempenhado por eles, a resposta foi positiva e denotava forte reconhecimento da pessoa a que estávamos nos referindo, bem como dos projetos sociais desenvolvidos por ela. Verificamos também que atitudes solidárias, de reciprocidade e sentimentos de gratidão que uns nutrem em relação aos outros são motes impulsionadores dos projetos sociais locais, como o desenvolvido pelo capoeirista e consultor de vendas, Júlio César da Silva, mais conhecido como Júlio Ratinho.



Figura3: Júlio Ratinho lutando capoeira em evento no Recife, em 2014. Fonte: Imagem ofertada pelo ativista-folk à autora.

Este ativista-folk, de 27 anos, desenvolve um trabalho voluntário, em que ensina às crianças da comunidade Padre Hildon Bandeira, os aprendizados adquiridos no passado, também gratuitamente, acerca da capoeira. Seu objetivo é ofertar perspectivas de vida melhor aos seus alunos, através do desenvolvimento formativo que os ensinamentos da capoeira desperta, como disciplina, foco, solidariedade. Além disso, o esporte estimula nos seus praticantes, segundo o

ativista, o aparecimento da necessidade de estudar idiomas diferentes, devido à ponte comunicativa que liga capoeiristas ao redor do mundo, e a busca pelo desenvolvimento pessoal, através do esforço e da dedicação, os quais podem resultar em oportunidades de disputa de competições para além dos espaços comunitários e de vivência de experiências consideradas outrora impossíveis, em virtude do baixo poder aquisitivo da população analisada.

A segunda ativista comunitária identificada no estudo, que desempenha o papel de líder comunitária, através da Pastoral da Criança, vinculada à igreja católica local, Nossa Senhora da Esperança, foi Giselda Lima da Silva, de 50 anos. Nesta função, esta ativista-folk, de caracterização messiânica e política, realiza voluntariamente pesagens de crianças de zero a seis anos, a fim de ajudar às mães a alimentarem seus filhos de maneira saudável e adequada. Além desta função, Giselda é a agente de saúde mais conhecida da comunidade e realiza visitas em domicílios compostos por famílias que apresentam algum membro caracterizado como grupo prioritário: gestantes, crianças, diabéticos, hipertensos, etc. Seu papel é verificar em que estado se encontra a saúde destas pessoas e orientar os familiares a cuidarem delas da forma devida. Giselda, portanto, fornece informações sobre dieta alimentar,



Figura 4: A agente de saúde, Giselda Fonte: fotografia da autora,

vacinação e medicação, desempenhando um trabalho de saúde preventivo com a população local.

Afora isto, realiza a função de promotora da paz local, orientando as crianças, os adolescentes e os familiares moradores das casas que visita a combaterem violências simbólicas e físicas, bem como o tráfico de drogas existente na comunidade. Interessante que a ativista de pouca estatura, voz mansa e fala sábia é respeitada, inclusive, pelos jovens que se encontram na vida criminosa.

Já os outros dois folk-ativistas destacados no nosso estudo desempenham papel político importante no local, pois compõem a presidência da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira, única organização oficial que representa as reivindicações e falas locais.

Casados, Claudenice Felipe da Silva (49 anos), presidenta da Associação, e Luís Paulo Araújo (56 anos), diretor financeiro da Organização, são responsáveis por mediar as relações existentes entre poder público e comunidade, minimizando os problemas sociais da população,



Figura 5: Diretor financeiro e presidenta da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira. Fonte: fotografia ofertada pelos ativistas-folk à autora.

através da articulação e do conhecimento políticos que realizam e possuem, respectivamente.

Além de presidenta da Associação, Claudenice é também coordenadora da Lavanderia Comunitária, o principal motor econômico da comunidade. Esta tem uma trajetória de sobrevivência fortemente atrelada a este trabalho. Desde o início da ocupação local, a comunidade foi composta em grande medida por chefes de família lavadeiras, que utilizavam o Rio Jaguaribe, onde moravam às margens, para lavarem roupas de “ganho”, como chamam as roupas lavadas para pessoas de fora da comunidade em troca de pagamento salarial.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou uma metodologia de cunho qualitativo, a Sociologia Compreensiva¹², que permitiu responder como os ativistas-folk da Comunidade Padre Hildon Bandeira vivenciam e ressignificam a realidade –diante do impacto da globalização hegemônica– dentro de uma propositura alicerçada na técnica da pesquisa participante, a fim de detectar qual a possibilidade dos recursos endógenos estimulados propiciarem o

¹² A Sociologia Compreensiva criada no final do século XIX pelo sociólogo Marx Weber busca entender, interpretar e analisar as ações sociais dos indivíduos, a partir da compreensão que os múltiplos fatores da realidade social em que aqueles estão inseridos influenciam sua ação, bem como interferem, por conseguinte, na configuração política, social, cultural e econômica construída por grupos humanos.

desenvolvimento local, a inclusão social, a geração de renda, respeitando as representações simbólicas. A Sociologia Compreensiva apreende a ação social como decisiva e essencial no processo de formação da sociedade, haja vista que “privilegia a compreensão e a inteligibilidade como propriedades específicas dos fenômenos sociais, mostrando que o SIGNIFICADO e a INTENCIONALIDADE os separam dos fenômenos naturais.” (MINAYO, 1998, p.50).

Partindo destas considerações nos dirigimos à Comunidade Padre Hildon Bandeira, onde, através da observação participante¹³, realizada em três meses, da entrevista semiestruturada¹⁴ realizada com os ativistas-folk, bem como das entrevistas exploratórias realizadas com demais atores sociais da comunidade e da técnica da história oral de vida, procuramos apreender os processos de interação e de configuração de repertórios que se enunciam através de ações, gestos e palavras, entre as pessoas envolvidas. Para coletar dados objetivos referentes à configuração familiar, local de nascimento, escolaridade, participação oficial em organizações comunitárias, infraestrutura domiciliar e renda dos ativistas-folk analisados, aplicamos questionários. Subsidiariamente coletamos documentos, livros, fotografias e matérias jornalísticas, que serviram para fortalecer nossa compreensão acerca da realidade local e dos atores que nela atuam e habitam. No tópico seguinte, apresentamos o referencial teórico que nos guiou nesta análise.

3 ATIVISMO-FOLK PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O conceito ativismo-folk é uma atualização do Líder de Opinião pensado na década de 1960 por Luiz Beltrão. Beltrão (1980) entendia por Líder de Opinião as pessoas que transitavam mais habilidosamente entre a localidade e o exterior a ela, como caminhoneiros, viajantes, rezadeiras, parteiras, trazendo as novidades de fora à comunidade e vice-versa. Mas com o acesso social mais facilitado à mídia na contemporaneidade, estes agentes sociais perderam um pouco da função de intermediários das notícias e passaram a exercer mais intensamente a função de mediadores culturais e políticos.

Neste sentido, Trigueiro (2008) afirma que são ativistas-folk as pessoas que se destacam em seu grupo de referência por I-realizar hibridizações entre as culturas populares e hegemônicas, estas muitas vezes advindas pela mídia, o que gera produtos chamados por ele de folkmediáticos, ou II- por configurar canais de comunicação e articulação política entre

¹³ A observação participante é uma técnica científica embasada em critérios de contato direto e prolongado entre pesquisador e pesquisados. Por meio dessa, o pesquisador pode conquistar a confiança local necessária para que adentre com segurança o espaço comunitário e consiga interpretar mais profundamente a cultura, as normas de convivência, as falas, os desejos, o *ethos* comunitário, bem como as causas e consequências das ações sociais.

¹⁴ As entrevistas neste trabalho foram transcritas *ipsis litteris*; ou seja, tal qual entrevistados falaram

comunidade e poder público, fomentando a luta contra-hegemônica e a busca por Desenvolvimento Local (TRIGUEIRO, 2008; MACIEL, 2012).

No presente trabalho, o conceito de Desenvolvimento Local é embasado pelas lutas teóricas de Franco (2000) e Oliveira (2001). Segundo eles, mais do que uma busca por dinamização financeira em comunidades pobres, o Desenvolvimento Local persegue a democratização social, através do compartilhamento de acesso a oportunidades de desenvolvimento humano, e o exercício da cidadania. Pois, segundo Oliveira (2001), é através da política que melhorias sociais são alcançadas.

Oliveira (2001) ainda afirma que reduzir o Desenvolvimento Local à mensuração de índices de acumulações financeiras que permitem acesso a serviços e bens, sem considerar a dimensão cidadã- a qual não pode ser quantificada, pois se trata de um “estado de espírito social e humano”, seria fechar os olhos às causas complexas e macro das privações sociais enfrentadas no mundo, bem como ao motivo da dependência de grupos oprimidos às camadas hegemônicas para sobreviver. “O desafio do desenvolvimento local é o de dar conta desta complexidade, e não voltar as costas para ela” (OLIVEIRA, 2001, p.13).

Por este viés é que intentamos analisar, neste estudo, em que medida os ativistas-folk identificados contribuem para a promoção do espírito cívico local, em nome dos desenvolvimentos humanos e sociais da comunidade Padre Hildon Bandeira. Intentamos desvendar suas estratégias políticas e comunicativas para a promoção de redes sociais de convivência que permitem o fortalecimento de laços de solidariedade e de oportunidades de inclusão social, bem como o debate de ideias e o exercício cidadão, a partir da autopedagogia do estar junto e em movimento. Para tanto, foram selecionadas duas subcategorias analíticas: o Capital Humano e o Capital Social.

3.1 Capitais Humano e Social como recursos da cidadania

Enquanto o Capital Humano faz referência às habilidades, sonhos, conhecimentos e motivações desenvolvidas individualmente pelo ser humano, o Capital Social faz menção às capacidades que este possui de compartilhar seus capitais humanos com outras pessoas e formar redes sociais de convivência, bem como de civismo.

Neste sentido, Franco (2000) pontua que redes sociais de séria envergadura, como organizações locais políticas, bem como as lúdicas e espontâneas, como os jogos de futebol ou as reuniões em praças, por exemplo, são tão importantes quanto para a fomentação do espírito

cívico e do *ethos* de pertencimento comunitário, ambos necessários, segundo Bauman (2003), para o fortalecimento da luta contra-hegemônica.

É que é através dos encontros, do estar reunido, que o Capital Social se solidifica num grupo. E, quanto mais as pessoas da comunidade se conectam em redes diversas de encontros, mais os Capitais Humanos são compartilhados e os desenvolvimentos humanos e social dos grupos alimentados. Jara (1999) indica em seus estudos que o que temos dentro de nós, permeia o que falamos e nutrimos uns em relações aos outros. De maneira similar, como num ciclo, o espírito que rege o grupo, seu valores e normas também influenciam quem somos. Desta forma, se as pessoas da comunidade nutrem amor e zelo de uns para com os outros, o *ethos* coletivo será colaborativo e solidário para o enfrentamento de privações tanto de ordem social, como individual.

Putnam (2000) e Coleman (2001) indicam, por este mesmo viés, que onde nos criamos, influencia quem nos tornaremos. Neste sentido, o primeiro esclarece que crianças que se desenvolvem em comunidades pobres envoltas por fortes *ethos* comunitário e grau de civismo têm mais chances de prosseguirem com os estudos e arrumarem, futuramente, empregos melhores, do que as crianças igualmente pobres, mas moradoras de comunidades em que o individualismo impera. Isso porque, o clima comunitário daquelas, gerador da ideia de que todos estão no mesmo barco, segundo Bauman (2003), impulsiona atitudes solidárias e cooperativas de uns para com outros, diante das dificuldades que podem afligir a população local; o que, por conseguinte, corrobora situações mais propícias de desenvolvimento humano das crianças residentes dessas localidades abençoadas, onde todos costumam se ajudar (PUTNAM, 2000).

Este último autor (2000), assim com Coleman (2001), entende ainda que as normas, as redes de comunicação e a confiança são pilares para a fomentação de sistemas cooperativos e coordenados, tão melhores para o Desenvolvimento Local de comunidades não-desenvolvidas, quanto mais fortes os valores cívicos e éticos. Por este viés, as normas sociais estabelecidas podem garantir sentimento de segurança local, por exemplo, enquanto redes de comunicação fechadas estabelecem os dignos de confiança e desconfiança na localidade, bem como estimulam pautas de lutas coletivas do grupo, haja vista que, como pontua Sodré (2009), o que caracteriza as minorias é a força de transformação comum que as impulsiona a mudar realidades. Da mesma maneira, sentimentos de solidariedade, de cooperação e de confiança, bem como habilidades e conhecimentos necessários para a fomentação de ações altruístas e

cidadãs de enfrentamento a privações sociais, são fomentados nas redes de comunicação comunitárias, sejam elas virtuais e/ou físicas, através do debate de ideias e das normas e ações de reciprocidade.

Neste sentido é que intentamos analisar em que medida os ativistas-folk da comunidade Padre Hildon Bandeira contribuem para fomentar estes espaços de convivência social e de compartilhamento de conhecimentos, solidariedade, oportunidades e falas para o desenvolvimento humano e social da população comunitária. Convém esclarecer que a cidadania é tanto mais exercida, quanto mais estimuladas as pessoas sentirem-se a se expressar e debater ideias para influenciar as decisões locais, translocais e por que não dizer globais. Por conta disto, observamos no presente estudo, sobretudo, como é nutrida a rede de comunicação local para o exercício cidadão. Nesta os ativistas-folk realizam negociações e mediações simbólicas entre culturas hegemônicas e populares; o que também é pertinente ao nosso trabalho investigar

Com base neste referencial teórico, no tópico seguinte, enfim, apresentamos análise e discussão dos dados e informações coletados.

4 ATIVISMO-FOLK POLÍTICO EM BUSCA DE CONQUISTAS SOCIAIS

O primeiro ativista analisado neste estudo é Luís Paulo Araújo, de 56 anos. A ligação dele com a comunidade Padre Hildon Bandeira é antiga. Ele chegou nesta há 30 anos, advindo do município de Serra Redonda, situado no interior paraibano, para fundar sua padaria em João Pessoa. Conhecido como Luís da Padaria, o comerciante de origem rural e ambições políticas tratou logo de fazer amizades no local com seus vizinhos, estabelecendo vínculos de solidariedade e ajuda mútua.

Desta forma, foi ganhando a simpatia local e se candidatou em 2002 à presidência de Associação de Moradores da localidade, único órgão oficial do local voltado a tratar de questões políticas. Venceu e desde então não saiu da gestão da Organização. Em 2006, se reelegeu, e, em 2010, como não podia mais se candidatar, lançou sua esposa, Claudenice Felipe da Silva, de 49 anos, como candidata. Ela venceu esta eleição e há dois mandatos assume a presidência local. Nesta conjuntura, Luís da Padaria exerce oficialmente a função de diretor financeiro, mas todos da comunidade o reconhecem como presidente da Associação, pois é ele quem toma a frente da Gestão, tendo utilizado sua esposa como estratégia para permanecer no Governo.

Revelando a função do presidente da Associação, Luís Paulo (2016) afirma:

Você sabe que hoje numa associação o presidente é um agente político. Então, ele escuta as demandas da comunidade e busca consegui-las, se articulando aos governos. Traz conhecimento sobre seus direitos à comunidade. Eu trago advogados pra instruir as pessoas sobre seus direitos, sobre pensão, programas sociais que podem ter acesso.

Segundo Luís da Padaria, é função da Associação se interligar aos poderes, a fim de que os benefícios sociais chegam à comunidade. Neste sentido, Luís da Padaria (2016) argumenta:

Se a associação tem uma interação junto às secretarias, aqui fica bem mais fácil. Agora, quando as pessoas não têm informações, que não vai buscar... o benefício pra comunidade vem, mas não vem como se você for atrás, estiver nas secretarias, atrás de calçar uma rua, ajeitar um esgoto... porque ajeitar um esgoto que tá estourado demora, mas se a associação tiver interação aquilo facilita.

Em outras palavras, Luís da Padaria revela que desempenha o papel de mediador entre a localidade e o poder público, ao servir como porta voz das reivindicações da população local, através do posto que assume na Associação de Moradores. É sua função estabelecer esta articulação mais facilitada da comunidade com os poderes para que esta tenha suas privações sociais dirimidas. É papel dos gestores da Associação também, segundo sua fala, proporcionar o contato da população local com informações e conhecimentos jurídicos, políticos, midiáticos que lhes interesse e beneficie; o que é gerador de Capital Humano (conhecimento) político para o exercício cidadão.

Por isso, as redes de relações sociais que os ativistas-folk estabelecem configuram-se como categoria analítica importante para a função que desempenham. Quanto mais conectadas às fontes de informação, ao conhecimento e ao poder, mais chances as comunidades populares adquirem de se desenvolverem socialmente e economicamente.

Neste processo de mediação que exerce, Luís Paulo afirma que a dificuldade principal enfrentada em seu primeiro mandato, há 14 anos, enquanto presidente da Organização local, foi a de estabelecer diálogo com os criminosos da comunidade. Ele reuniu os “chefões do tráfico”, como se referiu, para lhes solicitar que sanassem a violência e os assaltos comuns na comunidade à época.

Aqui sempre teve bandidinho safado, que a mulher saía de dentro de casa, alguma lavadeira dessa aí, quando voltava, o caba tinha roubado a televisão. Aquilo começou a me encher o saco. Quando eu ganhei a primeira vez na Associação, eu chamei os chefão tudinho pra conversar. Fiz uma reunião dentro da Associação e disse ‘rapaz, olhe, querem bagunçar? Vão bagunçar lá fora. Agora aqui vocês vão ter que respeitar!’” (LUÍS PAULO, 2016).

Quando indagado, se sua conversa surtiu efeito, Luís Paulo (2016) afirmou:

Teve alguns deles que ficaram meio assim...mas a gente tem que se impor. Mesmo com receio (...). Foi o que eu fiz, conversei com eles e eles viram que eu tava querendo ajudar. E eles viram que eu trouxe muita coisa pros filhos deles, eu já trouxe aqui, eu faço festa de mãe, festa de Dia dos Pais (...).

Entrevistas realizadas atualmente com pessoas da comunidade com quem adquirimos confiança pelas visitas frequentes foram consensuais quanto à leitura sobre o grau de violência local. Todos os entrevistados realçaram que o tráfico de drogas é ainda um mal presente na comunidade, mas que, com pouca frequência um assassinato ou roubo ocorre. Cerca de uma vez por ano más notícias neste sentido são veiculadas nos jornais da cidade acerca da localidade. E, segundo os moradores, quando algo assim ocorre, são pessoas de outras comunidades que encomendam os crimes. Isto revela que a Comunidade Padre Hildon Bandeira, apesar de ser acometida pelos males de uma desestruturação social comum às localidades populares urbanas, possui algo que a difere das outras: o *ethos* comunitário, o sentimento de pertencimento à população vicinal, que nutre o zelo, o carinho e a confiança que uns destinam aos outros.

Afora o combate à violência, Luís da Padaria também fica atento aos projetos sociais ofertados pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes). Por executar um cargo administrativo na Prefeitura Municipal de João Pessoa, ele está sempre em contato com os secretários municipais para trazer benefícios para a comunidade. Atualmente, vem reclamando sobre a ineficiência do Projeto Banco de Alimentos *in loco*, que este ano ainda não foi executado. Também transita habilidosamente pelos espaços de trabalho de atuação do Governo do Estado, pois já foi ligado ao atual Governador, Ricardo Coutinho, quando este ainda era prefeito de João Pessoa. Rompeu ligações com aquele, mas manteve os contatos que lhe permitem resolver com mais facilidade problemas de esgotamento sanitário na comunidade, que são frequentes e incomodam bastante os moradores locais.

Isto revela que a facilidade que possui em se articular aos poderes advém do grau de parceria que estabelece com eles, incluindo o fato de Luís Paulo e sua esposa, gestores da Organização Local, exercerem também cargos comissionados na Prefeitura. Este fato de forte pertencimento a grupos políticos compromete, porém, o grau de autonomia da Associação de Moradores e, de certa forma, lhe causa dependência a estes.

Moradores revelam que os políticos só vão à comunidade em época de eleição, visando votos. Isto talvez pudesse ser mudado, se a Associação possuísse independência para demandar

maior apoio político ao local, na fomentação e manutenção de projetos sociais que gerassem oportunidades para a população. Percebemos ainda, apesar de constatar boa vontade na fala de Luís Paulo, que a Associação de Moradores não inspira uma ágora local de participação coletiva e debate de ideia. Isso porque, os gestores promovem poucas reuniões para ouvir as demandas locais e exercem função representativa, ainda que não saibam o que os seus vizinhos demandam nas conversas cotidianas nos bares, na praça, nos mercadinhos.

Neste sentido, convém ressaltar que Luís Paulo também é possuidor de um sistema de autofalantes domiciliar, que alcança dois pontos estratégicos na comunidade e que poderia ser utilizado como mídia comunitária. Mas o meio de comunicação social só é utilizado esporadicamente para comunicar algum benefício trazido para a comunidade, ou para chamar por alguém procurado por algum oficial de justiça, por exemplo.

Em outras palavras, apesar do esforço de mediar a negociação entre localidade e poder público, visando trazer benefícios para a comunidade, falta deste gestor o estímulo à formação de redes fechadas de comunicação a que Coleman (2000) e Putnam (2001) se referiram, para que sejam construídas demandas realmente representativas da sociedade local (OLIVEIRA, 2001).

Seguindo este pensamento, a Organização popular oficial da comunidade seria tão mais forte, se se articulasse continuamente a outras redes de relações de pensamentos e reivindicações parecidas, como as de outras Associações comunitárias (SOUSA SANTOS, 2005). Como numa proporção inversa, quanto mais estas organizações populares se tornam poderosas, comunicativas e articuladas, mais os governos Municipal e Estadual se veem como prestadores de bens e serviços a estas populações.

É papel dos ativistas políticos comunitários pois incitar a democracia, bem como a participação local; e não cessá-las. Por isso, contamos que, apesar dos vários benefícios trazidos durante os 14 anos de gestão de seu Luís Paulo Araújo e de sua esposa, Claudenice Araújo, como escadarias, lombada eletrônica na Beira Rio, reforma na lavanderia, praça, projetos sociais, etc.; falta algo mais importante: aquilo que o Cônego Hildon Bandeira deixou como principal contribuição durante sua atuação com ativista-folk: o estímulo ao espírito cívico e ao desenvolvimento humano local. E isto se faz com gestões menos representativas, quanto mais participativas e inclusivas.

4.1 Ativismo-folk relacionado a questões sócio-econômicas

Claudenice Felipe da Silva, presidenta da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira há seis anos, confessa que, em sua primeira candidatura à gestão principal do órgão, não esperava vencer. Ela não tinha algum histórico político, nem desempenhava ação social na comunidade. Seu único vínculo com a política residia no fato de que era esposa de Luís Paulo Araújo, então ex-presidente da Associação.

Foi lançada candidata, como ato estratégico de seu marido para permanecer no poder. Advinda de uma família de cultura machista, residente no interior paraibano, no município de Bananeiras, sempre foi desestimulada a falar e participar dos espaços de convivência e de decisões da casa. Quando as visitas chegavam, seu pai a mandava para a cozinha. Se reclamava não ter algum afazer doméstico a realizar neste cômodo, ele mandava a menina inventar. Esta censura à fala a acompanhou na vida adulta. Sobre isto, ela afirma:

Quando Luís Paulo (seu marido) tá conversando, às vezes chega alguém em casa pra conversar com ele, aí deixo eles dois conversando lá e vou lá pro terraço, fico mexendo no celular, fazendo crochê, quando vou lavar os pratos, me lembro do meu pai (risos): Claudenice, vá pra cozinha! (CLAUDENICE, 2016).

Este fato explica uma das causas de seu marido tomar a frente da Associação, mesmo sendo ela a presidenta. Em outras palavras, Claudenice atua como coadjuvante no cenário político local, atuando como assessora da gestão de Luis Paulo Araújo, por, dentre outros motivos, não possuir, ainda, dentro de si, uma energia política fortalecida.

No entanto, ela observa que já aprendeu bastante a se expressar no meio dos debates públicos de ideias durante estes anos em que ocupa a presidência da Associação. Atualmente, ela já realiza a abertura de palestras na Associação, sabe transitar melhor nos espaços políticos e concede entrevistas; algo considerado impensado noutros tempos, segundo ela. Aprendeu a se articular e expressar, observando e acompanhando o marido, durante seus encontros com políticos paraibanos, bem como durante os eventos em que precisa estar, enquanto coordenadora de um dos principais motores econômicos da comunidade, a Lavanderia Comunitária.

Ao nosso ver, é neste espaço de convivência e de trabalho comunitário que ela desempenha mais diretamente sua função de ativista-folk, uma vez que é nele que tem liberdade para exercer suas funções de forma autônoma e tomar decisões.

A Lavanderia Padre Hildon Bandeira¹⁵ é importante motor econômico local, uma vez que grande parte de sua população é composta por lavadeiras. Atualmente, o espaço conta com tábuas de engomar, ferros, varal, sete tanques e quatro máquinas de lavar em bom estado de funcionamento. As lavadeiras que utilizam a Lavanderia como espaço de trabalho para tirar sua renda têm de segunda-feira à sábado, com exceção da quarta-feira- destinada às lavadeiras domésticas- como dias de produção.



Figura 6: Lavanderia Padre Hildon Bandeira. Fonte: fotografia da autora

O horário de funcionamento da Lavanderia é de 7h às 16h durante os cinco dias da semana e de 8h às 12h no sábado. Este dia é destinado apenas à atividade de engomar. O estabelecimento desta organização de trabalho foi acordado durante reuniões com as lavadeiras e com a Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa (Sedes).

A princípio, o horário de trabalho era para ser iniciado às 8h e finalizado às 14h, configurando as seis horas de exercício profissional que a prefeitura solicita de sua equipe. Contudo, as lavadeiras reclamaram que este tempo era muito escasso para exercerem suas atividades e que o início do trabalho marcado para 8h era inviável para elas, acostumadas a acordar cedo. Claudenice então intermediou o processo de acordo entre lavadeiras e secretaria municipal, conseguindo antecipar o horário de funcionamento da lavanderia para 7h e estender seu fechamento até às 16h. Foi uma conquista para todas ligadas à Lavanderia. Inclusive, para Claudenice, que vem aprendendo a se comunicar politicamente com os poderes públicos.

¹⁵ Na origem da comunidade, as mulheres utilizavam as pedras do rio Jaguaribe para esfregarem as roupas que lavavam para suas patroas. Com a articulação política da Associação, no findar da década de 1990, uma lavanderia com quarenta tanques foi construída. E, em 2010, esta mesma Lavanderia foi reformada, durante gestão do ex-prefeito, Luciano Agra.

É papel da Coordenadora também inscrever e cadastrar as lavadeiras que utilizam a Lavanderia Comunitária, haja vista que o espaço não tem estrutura para atender todas as pessoas que lavam roupas na comunidade. Desta forma, basicamente o critério de seleção para a utilização da lavanderia foi o vínculo temporal estabelecido com este espaço.

As lavadeiras que, desde antes da reforma, trabalhavam no local, permaneceram. As que não, continuam lavando as roupas em seus domicílios. De acordo com Claudenice, 15 lavadeiras de “ganho”, como são chamadas no local as mulheres que lavam roupas para outras pessoas em troca de pagamento salarial, tiram o seu sustento, através da Lavanderia Comunitária. Em média, elas conseguem ganhar por mês R\$ 400, dependendo de quantas trouxas de roupas conseguem lavar e engomar. Cobram por cada uma destas numa faixa de R\$ 70 a R\$ 100. Outras 15 moradoras locais, chamadas de lavadeiras domésticas, por lavarem exclusivamente as roupas de sua própria família, se revezam nas quartas-feiras para utilizar o espaço.

Por conta deste critério temporal de ligação com a lavanderia, a maioria das lavadeiras se conhece há bastante tempo, configurando no espaço laboral uma relação de convivência envolta por afetividade e fraternidade. Ao observar como a rede de comunicação é nutrida neste espaço, constatamos que elas falam muito mais da vida familiar, vicinal e de assuntos pautados pela mídia -novelas, jornal, programas religiosos- do que do trabalho. A Lavanderia Comunitária se configura também como espaço potencial de eclosão das demandas locais.

Desta forma, assim como Franco (2000) afirmou, tão importantes, para a fomentação do espírito de cidadania local, quanto as organizações de séria envergadura, a exemplo da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira, são as redes de redes de relações e convivências lúdicas, descontraídas, onde se estabelecem a parceria, a afetividade, a solidariedade.

No entanto, reparamos que, apesar de questionarem entre si soluções para problemas comunitários e formularem redes sociais sólidas, as lavadeiras não se comunicam para além de seu grupo, externando à Gestão da Associação, por exemplo, suas demandas, opiniões, ideias, apesar da presidenta desta ser também coordenadora da Lavanderia. Corroborando esta observação, Claudenice revela que as lavadeiras não reclamam de algo e são muito caladas; além de pouco participativas.

Acreditamos, desta forma, que para inspirar mais o espírito cívico das redes de relações formadas pelas lavadeiras, talvez Claudenice Felipe da Silva, enquanto coordenadora da Lavanderia Comunitária, devesse se aproximar mais delas, estimulando suas falas, ganhando suas confianças no cotidiano, atuando mais diretamente como agente política local. Consideramos também que este é um processo que vai sendo construído, quanto mais politizadas Claudenice e as lavadeiras se tornarem. Importante salientar que talvez sejam tão caladas e desarticuladas, em virtude do silenciamento cultural, histórico e político que sofreram, enquanto mulheres, por estarem inseridas em famílias e sociedades machistas. A união das forças destas atrizes sociais pode ser tão mais estimulada, quanto mais tomem ciência da opressão que sofreram; talvez, assim, libertem suas vozes para também terem vez na política local.

4.2 Ativismo-folk messiânico e político ativista a favor da saúde e da paz local

Não há ladeira na comunidade Padre Hildon Bandeira que ela tenha deixado de percorrer a pé e nem casa nos entornos que ela desconheça de quem é. Isso porque, Giselda Lima da Silva, de 50 anos, além de residir no local há 32 anos, desempenha a função de agente de saúde comunitária há 20, quando foi selecionada, como primeira colocada, através de um concurso realizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 1996.

Revelando quais são suas incumbências no trabalho, ela afirma:

(...) a agente de saúde toma conta da comunidade, visitando as casa das mãe de família, orientando, dá vacina nas crianças, olha os pesos da criança menor de dois anos, faz o acompanhamento de vacina até cinco anos de idade, olha passagem de vacinas, incentiva as mães a vacinar, aquelas mãe que somente trabalha e esquecia da vacina ou até mesmo elas relaxavam e não davam, a gente ficava em cima, incentivando, conscientizar elas, orienta elas, às mães pra fazer pré-natal, a ter mais amor, ter mais carinho com as crianças, da gravidez até eles crescerem grande. Orienta também as pessoas que tem problema, que é hipertenso, a tomar a medicação, fazer a dieta que é importante pra ela, os exercícios, que é bom pra saúde também (GIL, 2015).

Gil, como é chamada na comunidade, se tornou logo conhecida porque, a princípio, era a única responsável por desempenhar esta função no local. Ela relembra que chegava a atender 400 famílias no findar da década de 1990 e início dos anos 2000, quando vigorava nacionalmente o Programa de Agentes Comunitárias de Saúde. Este programa de iniciativa do Governo Federal e operacionalizado pelos municípios foi o primeiro no país a realizar a aproximação direta das populações de comunidades populares aos atendimentos de saúde preventivos. Atualmente, com a atuação do Programa de Saúde da Família (PSF) nas

comunidades, que veio descentralizar mais as funções das agentes e os espaços de atendimento médico, Gil divide sua responsabilidade com mais três agentes de saúde.

Para dar conta das 146 famílias que atende, Gil organiza suas visitas a partir de critérios de agendamento específico, que prioriza os grupos com riscos de saúde, como gestantes, crianças, hipertensos, diabéticos; etc. Contudo, as demais famílias não enquadradas nestas especificidades também recebem atendimentos domiciliares, para que se cuidem melhor, a partir dos conhecimentos sobre a saúde aprendidos durante a mediação pedagógica realizada por ela.

Gil revela que adentrar nas casas das pessoas da comunidade e ganhar suas confianças foram tarefas difíceis. Inicialmente, as famílias parecem não estar abertas a recebê-la e evidenciam uma primeira rejeição; um ar de desconfiança, segundo ela. Mas, com o tempo, a partir de um trabalho progressivo e permanente, as pessoas vão entendendo que ela está ali para ajudá-las a agir da melhor maneira possível, frente aos problemas que lhe afligem.

Para ganhar credibilidade na localidade, Gil começou, então, a falar em público, ministrando palestras sobre saúde e sobre os problemas sociais ligados à comunidade no espaço físico da Associação de Moradores; juntamente com enfermeiras e médicas. Sua intenção era tornar mais popular a linguagem técnica utilizada pelos demais profissionais de saúde, visando tornar as informações relevantes para a saúde comunitária mais acessíveis e propensas à aceitação.

Desta forma, ela se caracteriza como ativista-folk, ao se destacar na sua comunidade por rearranjar conhecimentos e informações advindos de fora da localidade à narrativa de seu grupo de referência. Gil percebeu que, quando intervinha, nas falas dos médicos e enfermeiros, nas palestras, as pessoas entendiam mais do que se tratava o assunto debatido e também participavam mais das reuniões. Em outras palavras, ela com seu jeito de falar próprio e com a leitura que tem do mundo, similares ao da população local, conseguia carregar de sentido comunitário às falas de quem não detinha a mesma cultura, os médicos e enfermeiros, mas que estava disposto a contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela população.

Neste sentido, Gil afirma que, nas palestras, “falava aquelas coisas que tinha vontade de falar, que às vezes elas (as pessoas da comunidade) não entendiam, ficavam às vezes confusas”; executando, desta forma, o papel de facilitadora comunicativa local.

Além deste olhar mais atento à saúde de grupos considerados prioritários na comunidade; Gil também exerce a função de mediadora de conflitos nos domicílios, orientando as famílias visitadas a agirem de maneira mais prudente e amável uns com os outros. Ela acredita ser sua função também, então, observar nuances que ocorrem dentro do seio familiar para ofertar orientações que primem pela paz e harmonia local. Gil (2015) afirma que atua desta forma para:

amenizar mais a violência, até dentro da comunidade, trazer os pais, mostrar pra família, que a gente vive melhor com a gente mesmo com a paz, pra nós todos melhora, pra saúde melhora também porque a violência mais tarde pode trazer complicação pra gente e pra todo mundo da comunidade, pra as pessoas também, né? Que têm problema de saúde; esse pessoal que tem problema de doença mental, que cada vez que vê essas coisas fica muito amedrontado, também o pessoal que tem diabetes, esse pessoal quando vê essas coisas (violência) fica nervosa. A gente orienta a mãe que desde pequenininho, quando nasce a criança, não fazer briga, não brigar muito pra não prejudicar futuramente a comunidade, pra não ficar muito violenta (...).

Gil acredita, assim como Jara (1999) afirmou, que o clima cívico local é uma extensão dos valores nobres que nutrimos individualmente e expressamos ao outro, através da nossa fala, dos nossos olhares, das nossas atitudes de solidariedade, amor e cooperação. Segundo o olhar teórico dele e as falas cotidianas dela, não há como criar espaços sadios e de forte pertencimento comunitário, se não forem construídos e compartilhados capitais humanos (pensamentos, desejos, sonhos) positivos. E, como num ciclo, as redes de relações sociais, que são nutridas pelo que há dentro destas pessoas conectadas umas a outras, quanto mais acumulam e compartilham ações sadias, mais colaboram para a geração de maior desenvolvimento humano na comunidade.

Compreendendo este processo, Gil fala que esse sentimento de cuidado e zelo entre as pessoas locais, bem como o combate à violência devem ser permanentemente discutidos nos espaços de convivência da comunidade, como escolas, igrejas, no seio familiar, e durante, suas visitas domiciliares e palestras também. Neste sentido, além de se articular com outros ativistas ligados a esses espaços de convivência, realçando a pertinência de se debater estas questões para o fortalecimento das normas locais que garantem sensação de segurança, bem como para a fomentação do espírito solidário e amoroso comunitário; ela desempenha outra função social na Pastoral da Criança, entidade vinculada à igreja católica local, Nossa Senhora da Esperança.

A Pastoral da Criança, através do intermédio de Gil e de outras agentes locais, disponibiliza gratuitamente alimentos à base de soja para fortalecer a dieta das crianças desnutridas e orienta as mães a procurarem médicos e nutricionistas, no caso das obesas. Lá,

Gil é responsável por realizar a pesagem de crianças de zero a seis anos e ofertar orientações às mães relativas à dieta nutricional necessária para a saúde de seus filhos. Este trabalho voluntário e messiânico é realizado no último sábado de cada mês. Gil desempenha tal função há mais de 20 anos e influencia, por meio do próprio exemplo, mães que já foram atendidas por ela, a também exercerem o mesmo trabalho comunitário, formando assim, outras ativistas-folk. É o caso de Iracy Dias da Silva, artesã, faxineira, manicure e mãe de família de 57 anos, que, além de todas essas funções, dispense tempo e esforço para atuar também como líder comunitária da Pastoral da Criança. Esta ativista realiza este trabalho como forma de retribuir a ajuda que recebeu da Pastoral da Criança, intermediada por Gil, durante suas duas gravidezes.

Desta forma, constatamos que mais do que um trabalho técnico de educação preventiva de saúde, Gil desempenha um trabalho social que inspira o espírito cívico local e a formação de outros ativistas sociais. Analisando a biografia da agente de saúde e suas leituras da vida, observamos que Gil não suporta violência e sofrimento, pois foi vítima destes. Incentiva a busca pelo conhecimento, através do estudo, e a paz local, porque ambos os sonhos lhe foram negados na infância. Ao contrário de reproduzir o que sofreu, ela busca mudar a realidade das crianças da comunidade, através das quais se enxerga, lembrando o passado. Em outras palavras, ela mediatiza laços sociais, e fomenta o espírito cívico local para que as crianças e a comunidade possam se desenvolver em meio a um clima abençoado, como apontam os estudos de Putnam (2000) e Coleman (2001).

4.3 Ativismo-folk desportivo em nome da inclusão social

Era 1998, quando a casa de uma família residente de área de risco no bairro do Distrito Industrial, em João Pessoa, foi atingida pelo desmoronamento de uma barreira. Na hora do acontecimento, estavam no domicílio uma criança de quatro anos, outra de nove e os pais delas. Ninguém sofreu ferimentos. Só susto. O risco de morte sofrido fez, contudo, com que a família migrasse, às pressas, para a comunidade do Cafifo. Esta fica localizada no bairro da Torre, ladeada à Comunidade Padre Hildon Bandeira, na capital paraibana. E, foi assim, com seus pais, à época, desempregados, em busca de construir uma casa com teto de lona e chão; nada mais do que isso; que Júlio César da Silva, com seus nove anos de idade, foi parar na localidade, onde até hoje habita.

Relembrando sua história de vida com agora 27 anos, o ativista folk afirma que, não fosse os fatos terem se desenvolvido desta forma, ele talvez não fosse quem se tornou. Isso porque, foi andando pelas vizinhanças do Cafifo, que conheceu aos 14 anos um projeto

voluntário de capoeira que ocorria na comunidade Padre Hildon Bandeira. Neste projeto, professores ligados ao Grupo Axé Capoeira, que tem sua sede no Recife e filiais por todo o país, desde 1982, ofertavam ensino gratuito do esporte em comunidades populares e a localidade analisada no presente estudo era uma das contempladas.

Impulsionado, então, pelo desejo de aprender a se defender nas brigas que ocorriam entre os adolescentes das comunidades Padre Hildon Bandeira e Cafofo, o adolescente, à época, que ganhou de seu primeiro professor o codinome de Júlio Ratinho, referência à ligeireza dos seus passos de capoeira, que se assemelha à rapidez de um roedor, logo percebeu que, com o esporte, tinha oportunidade de viver experiências, que, devido ao seu baixo poder aquisitivo, eram consideradas impossíveis. Fez viagens interestaduais com o Grupo Axé Capoeira, conheceu em campeonatos e encontros proporcionados pelo seu Grupo brasileiros de diferentes estados e estrangeiros ligados a outros grupos de capoeira no exterior, com quem mantém contato e amizade, através de redes sociais e aplicativos, como o falecido Orkut, e atualmente o *Facebook* e o *Whatsapp*.

Por conta destes contatos que firmou para além do espaço comunitário, sentiu a necessidade de desenvolver outras aptidões, como a aprendizagem de idiomas. Neste sentido, Júlio Ratinho (2016) afirma: “hoje em dia eu falo um pouco espanhol, falo um pouco inglês. Eu procurei estudar. A capoeira fez com que eu começasse a estudar o inglês e o espanhol. No meu zap aqui tem gente de fora dos Estados Unidos, do Canadá, tá entendendo? Do México.”

Isto revela a aptidão que Ratinho conquistou de transitar por diferentes espaços e se comunicar com pessoas de todo o mundo por conta de um projeto social desenvolvido voluntariamente por outro ativista folk. Atualmente, aquele nutre o sonho de disputar em agosto deste ano uma competição internacional de capoeira no Canadá e de cursar a faculdade de Educação Física para se tornar mais qualificado quanto ao ensino desportivo.

Tentando retribuir, então, a oportunidade de desenvolvimento humano de que desfrutou, a partir do compartilhamento de Capital Humano de ativistas-folk anteriores, Júlio Ratinho deu continuidade ao projeto desportivo na comunidade Padre Hildon Bandeira e faz uma década que é professor do esporte e organizador do projeto no local, uma vez que seus antigos mestres tiveram de deixar de ofertar as aulas gratuitas. Sobre sua permanência há tanto tempo no projeto social, ele revela: “eu acho que fiquei por eu ser de comunidade, por eu acreditar que fiz parte desse trabalho, que eu resolvi levar isso comigo, né? Ajudar as crianças.”

Desta forma, o ativista-folk revela que o forte sentimento de pertencimento à comunidade, o carinho e o zelo que sente pelas crianças e adolescentes do seu espaço, que forma o espírito de “nosso lugar”, o impulsiona a querer compartilhar o seu Capital Humano (conhecimento), transformando-o em Capital Social. Este, como mencionamos anteriormente, faz referência ao *ethos* comunitário de estar junto, se ajudando, se comprometendo um com outro, se articulando para que todos se desenvolvam coletivamente num trabalho cívico, mesmo que lúdico, de busca por democratização social, através da criação de oportunidades outrora inexistentes.

Combinado ao afeto que nutre à comunidade, outros dois fatores promotores de ações solidárias impulsiona Ratinho a continuar compartilhando seus conhecimentos com as demais pessoas da comunidade, a gratidão e a reciprocidade; ambos lhe impulsionam na busca pela multiplicação de produção de oportunidades iguais a que ele pôde usufruir. Neste sentido, ele afirma: “Eu comecei a capoeira, com 14 anos, de graça e botei na minha mente, onde eu tiver dando aula em uma periferia, uma comunidade, eu sempre dou aula de graça. ”. Fala isso pela compreensão de que se as aulas gratuitas não tivessem lhe sido ofertadas, ele não teria tido condições de pagá-las e, portanto, de aprender a capoeira.

O exposto acima revela, portanto, que o ciclo alimentador da coordenação de tal projeto realizado por Ratinho, começou com o sentimento de gratidão e se concretiza com ações de solidariedade e cooperação, haja vista que o entendimento do ativista-folk é de que na sua comunidade popular todos estão no mesmo barco e formam uma família, a qual deve se ajudar para enfrentar as privações sociais que lhe aflige. Como que inserido num processo de busca por reciprocidade positiva, comum às comunidades abençoadas, tal qual Putnam (2000) e Coleman (2001) realçaram, o ativista-folk procura realizar um trabalho para multiplicar as oportunidades que lhe foram fornecidas.

Desta forma, Júlio Ratinho, depois que sai do trabalho que desempenha como consultor de vendas em empresa privada, ministra todas as quartas-feiras, das 19h30 às 21h, e sábados de 16h30 às 18h, aulas de capoeira para 15 crianças e adolescentes das comunidades Padre Hildon Bandeira e circunvizinhas. As aulas são realizadas no espaço físico da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira, que é disponibilizado também de forma gratuita. Esporadicamente, os treinos também ocorrem nos domingos.

Através do papel de agente político e social que exerce em sala de aula, colabora para o desenvolvimento pessoal, bem como para a fomentação do espírito comunitário e solidário

entre os jovens. Neste sentido, ele afirma, que por não ter apoio político para dar prosseguimento ao projeto, conta com a ajuda mútua entre os próprios alunos para que as vestimentas e os instrumentos musicais sejam ofertados a todos os participantes.

Eu tenho alunos que treinam comigo que trabalham e no momento que eu preciso de uma coisa assim que quero ajudar um aluno, eu digo: ei, gente, eu quero ajudar um aluno aí, vamo ver aí quanto é o valor aí pra comprar um uniforme pra ele, vamo rachar aí. Então eu vou e pego o meu, pego o de um aluno, pego de outro, chego no dia e digo “oh, toma aí teu uniforme”. Então isso aí é a união (JÚLIO CÉSAR, 2016).

No projeto social desenvolvido por Ratinho, os alunos solidificam o grupo social de convivência cotidiana e virtual- através das redes online- bem como desenvolvem, na autopedagogia do estar junto, aptidões para a proatividade, para a comunicação dialógica e horizontal, para a reflexão sobre o esporte e outras questões da comunidade, para a colaboração, para a reciprocidade, para exercício do amor para com o próximo.

Desta forma, como nos permite refletir Jara (1999), todo esse Capital Humano que Ratinho foi estimulado a construir: os seus sonhos, sua coragem, suas ações altruístas, os seus conhecimentos e aptidões desportivas, quando compartilhado, através da comunicação realizada nas redes de relações cotidianas e virtuais, tona-se Capital Social e colabora para a formação de outros capitais humanos na comunidade, como no ciclo retroalimentado do micro para o macro, de dentro pra fora, do local para o global, da Associação, onde o projeto social é desenvolvido para as famílias dos participantes, para os vizinhos, para toda a comunidade e quem sabe para toda a cidade, num processo contagiante de multiplicação de boas ações e sentimentos nobres, solidários e éticos formadora da cidadania.

Contudo, para este espírito cidadão e comunitário se ampliar, é necessário que projetos sociais, tais quais o de Júlio Ratinho se articulem, se comuniquem, se conheçam e reconheçam, para fortalecerem a contra-hegemonia citada por Sousa Santos (2005), unidos por uma coerência de luta social popular, exercendo maior influência junto ao poder público. Júlio Ratinho, refletindo sobre essa necessidade de comunicação e fortalecimento social, confia sua falta de articulação política com a Associação de Moradores e com outros grupos locais para multiplicar as consequências positivas de seu projeto social, ainda que nutra boas relações com estes outros ativistas.

5 CONCLUSÃO

Através das análises dos dados e discussão dos quatro folk-ativistas, Luís Paulo Araújo, Claudenice Felipe da Silva, Júlio César da Silva e Giselda Lima da Silva, podemos constatar que suas estratégias comunicativas e políticas colaboram para o estabelecimento de normas sociais positivas, como de segurança, de confiança e de fortalecimento do *ethos* comunitário; bem como com relações de reciprocidade e solidariedade, seja através da promoção de projetos desportivo ou de saúde, seja através de mediações políticas e de ordem econômica organizadas pelos gestores da Associação de Moradores Local e da Lavanderia Comunitária. Constatamos também que a nutrição de redes de relações cotidianas e do grau de civismo da sociedade local ocorrem em graus distintos. Enquanto Júlio César e Giselda Lima da Silva são ativistas que promovem redes de comunicação fechadas, envoltas por princípios de participação, autonomia e solidariedade; Luís Paulo Araújo e Claudenice parecem não estimular a voz dos atores comunitários, desempenhando, assim, papéis de gestores representativos, numa democracia local tão menos direta, quanto menos compartilhamento de falas e visões de mundo na comunidade for realizado. Identificamos também que favores individuais concedidos a estes gestores por parte de Governos Municipal e Estadual comprometem a autonomia da Associação de Moradores, enquanto único órgão oficial de luta política local.

Neste sentido, destacamos que as estratégias políticas realizadas por estes dois atores compreendem o uso da comunicação vertical em redes abertas, o que não colabora muito para o compartilhamento do Capital Humano e Social que possuem para a comunidade; ainda que tragam benefícios para o local, a partir do alto grau de articulação com os poderes públicos que construíram. Já Júlio César e Giselda Lima da Silva se utilizam de comunicação dialógica e em grande medida horizontal, em redes fechadas, para desenvolverem falas pedagógicas fortalecedoras do Capital Social comunitário e dos Capitais Humanos.

Convém ressaltar ainda, que Júlio César, talvez pela razão de ser jovem, é o único ativista a fomentar redes de relações online. Por meio de grupos no *Whatsapp* e no *Facebook*, ele alimenta o diálogo e a amizade entre a turma de capoeira local, bem como estabelece pontes de contato entre esta e outras pessoas vinculadas ao esporte no Brasil e também em outros países do mundo. Claudenice Felipe da Silva e Luís Paulo Araújo possuem igualmente contas no *Facebook*, onde divulgam os benefícios trazidos para a comunidade e as parcerias que estabelecem. Mas, diferentemente de Júlio Ratinho, o uso destas ferramentas virtuais por esses tem finalidade essencialmente individual.

Contatamos ainda, com o estudo, que apesar de conhecerem os trabalhos uns dos outros e desfrutarem de boas relações, bem como fomentarem princípios positivos, de solidariedade e confiança, na comunidade, configurando-a como local abençoado a que Putnam (2000) e Coleman (2001) se referiram; os ativistas-folk analisados não estabelecem articulações que liguem os projetos sociais, de forma a multiplicar oportunidades e fortalecer as redes de relações *in loco*. Isto é uma falha de estratégias política e comunicativa, evidenciada nas falas daqueles, para o Desenvolvimento Local, em sua perspectiva de entendimento inclusivo e cidadão.

Com o exposto, intentamos contribuir com os estudos acerca de estratégias de busca por desenvolvimento de comunidades não-desenvolvidas, refletindo sobre experiências reais de proteção à vida e de resistência política contra privações sociais, através da criação de oportunidades de desenvolvimento humano e social, via redes de comunicação e cidadania.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual..** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados.** São Paulo: Cortez, 1980.
- CLAUDENICE. Ativista-folk entrevistada durante a pesquisa, 2016.
- COLEMAN, James Samuel. Capital social y creación de capital humano. In: HERREROS, F. FRANCISCO, A. de (Org.). **Capital Social**, 2001.
- FRAGOSO, Dom Antônio. **O religioso e o social em Hildon Bandeira.** João Pessoa, Unipê, 2001.
- FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável.** Brasília: Instituto de Política Millennium, 2000.
- _____. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnan, Fukuyama, Maturana, Catells e Levy.** Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: que é?** Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. Recife: 1982.
- GIL. Ativista-folk entrevistada durante a pesquisa, 2015.
- JARA, Carlos Júlio. Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade. Instituto Iberoamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.
- JÚLIO CÉSAR. Ativista-folk entrevistado durante a pesquisa, 2016.
- LUCENA, Severino Alves de, FREIRE BEZERRA, Juliana, AMORIM, Maria do Carmo. Comunicação e desenvolvimento local: folk-ativismo nos movimentos sociais. **Revista Internacional de Folkcomunicação.** Ponta Grossa-PR, 2014.
- LUÍS PAULO. Ativista-folk entrevistado durante a pesquisa, 2016.
- MACIEL, Betânia. Folkcomunicação e desenvolvimento local. In.: LOPES FILHO, Boanerges Balbino (org.) **Folkcomunicação no limiar do século XXI.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde.** São Paulo: HUCITEC, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Pólis, Programa de Gestão Pública e Cidadania/ EAESP/FGV, 2001.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PUTNAM, Robert David. La comunidade próspera. El capital social e la vida pública. In: LEDESMA, M.P. (Org.) **Ciudadanía y democracia**. Madrid: Editora Pablo Iglesias, 2000.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre; SILVEIRINHA, Maria João et. al. **Comunicação e cultura das minorias**. 2ª Ed. Paulus, São Paulo 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Folkcomunicação & ativismo midiático**. João Pessoa: Editora UFPB, 2008.

WOITOWICZ, Karina Janz: Ativismo (folk) midiático e estratégias de luta na Marcha das Vadias: recortes da ação política nas ruas e nas redes. **Revista Internacional de Folkcomunicação**. Ponta Grossa-PR, 2014.

APÊNDICE A

Figura 7: Tabela de Conclusão da pesquisa

ATIVISTAS-FOLK	TIPOS DE CAPITAL SOCIAL			CAPITAL HUMANO E SOCIAL GERADOS
	Nomes	Comunicação	Normas Sociais	Relações de Reciprocidade
Luís Paulo Araújo	Comunicação comunitária: autoritária e vertical em redes abertas;	Estabelece normas de segurança e solidariedade.	Exerce cargo político pela confiança local depositada nele.	Traz benefícios físicos para a comunidade, promovendo bem estar social necessário para a qualidade de vida do grupo. Não estimula a participação cidadã.
Claudenice Felipe da Silva	Comunicação comunitária: espontânea e vertical em redes abertas;	Estabelece normas trabalhistas na Lavanderia Comunitária.	Exerce cargo político pela confiança local depositada nela.	Resolve problemas pontuais relacionados à Lavanderia e à Gestão da Associação de Moradores. Também não estimula a participação cidadã.
Júlio César	Promove comunicação dialógica, horizontal e permanente, através de canais presenciais e virtuais em redes fechadas e fortes.	Estabelece normas de solidariedade, reciprocidade, colaboração, disciplina e foco desportivo.	A reciprocidade foi o que motivou este ativista folk a dar continuidade ao Projeto que fez dele a pessoa que é.	Fomenta conhecimentos desportivos e planos de vida, bem como estabelece redes sociais com seus alunos. Estimula a cidadania.
Giselda Lima da Silva	Promove comunicação grupal, dialógica e horizontal em redes fechadas de articulação forte.	Estabelece normas de segurança e convivência harmoniosa; bem como faz acordos com a população local no cuidado com a saúde.	Endossa para a população local a oportunidade de viver o que lhe foi negado. Prima pela oportunidade de estudo e pela paz familiar das crianças da comunidade.	Promove conhecimentos acerca do cuidado com a saúde e fomenta a paz local, através do fortalecimento de princípios positivos nas redes comunitárias. Estimula a cidadania.

Fonte: da autora, 2016

APÊNDICE B

1 Questionário: aplicado aos ativistas-folk analisados: Conhecendo a família nuclear, a infraestrutura domiciliar e a renda familiar

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PESQUISA: ATIVISTAS-FOLK NA COMUNIDADE PADRE HILDON BANDEIRA

Conhecendo a família (nuclear) dos ativistas folk

Entrevistados/as:

Data:

Local da entrevista:

1.1 Componentes da família nuclear:

Nome e papel na família	Nascimento (mês e ano)	Local de nascimento: (município/estado e comunidade)	Ocupação atual	Escolaridade	Participação em associação/cooperativa/movimento popular: qual função?

1.2 Outras questões relativas à infraestrutura domiciliar e comunitária:

Saneamento Básico: Tratamento de efluentes, existência de banheiro (localização dentro ou fora de casa); Lixo: O que faz com os restos de alimentos e o lixo seco? Para onde leva?

Água: De onde vem a água utilizada para consumo humano? A água é tratada? De que forma? Falta água?

1.3 Geração de renda, orçamento familiar e trabalho: qual é a renda familiar?

FONTE DA RENDA FAMILIAR	APURADO (R\$)		
	SEMANALMENTE	MENSALMENTE	ANUALMENTE
OUTRAS			
TOTAL (R\$)			

APÊNDICE C

2 Roteiros prévios de entrevistas semiestruturadas (ao longo das entrevistas, outras perguntas foram surgindo):

2.1 Júlio César, conhecido também como Júlio Ratinho: Organizador do projeto de capoeira local

- 1 Ratinho, há quanto tempo você mora aqui na comunidade? Como veio parar aqui?
- 2 Antes daqui morou em algum outro lugar? É natural de João Pessoa?
- 3 Disseram que você tem um grupo de capoeira, não é? Conta como foi que ele surgiu.
- 4 Em que dia, hora e local esse projeto ocorre aqui na comunidade?
- 5 Qual a idade das pessoas que participam do projeto? Quantos alunos? Meninos e meninas treinam juntos? Têm turmas diferentes por idade? Como funciona?
- 6 Desde que idade você começou a treinar capoeira?
- 7 Quando e por que você decidiu ser professor de capoeira?
- 8 Esse projeto de capoeira é ligado à prefeitura ou é autônomo?
- 9 Você ainda estuda e treina a capoeira com outros professores para poder ensinar? Como adquire os conhecimentos que ensina?
- 10 Por que desenvolve este projeto voluntário? O que te motiva?
- 11 Para manter o projeto, recebe alguma ajuda financeira ou apoio? Se sim, de quem?
- 12 Qual é a função, segundo a sua visão, que esse projeto desempenha na comunidade?
- 13 Você acha que a capoeira contribuiu para a sua formação em que sentido?
- 14 Você acha que inspira outros meninos com seus projetos?
- 15 Qual o seu sonho?
- 16 Seus pais lhe incentivaram com a capoeira? Eles trabalham? Se sim, com o quê? Tem irmãos? Como foi sua infância e juventude
- 17 Você acredita que as aulas de capoeira são um espaço de convivência entre os jovens da comunidade? Por que?
- 18 Vocês se comunicam por internet também? Como?
- 19 O projeto de capoeira se articula a outros projetos e organizações aqui da comunidade? A Associação de Moradores ajuda vocês? Como é a relação entre vocês?

2.2 Giselda Lima da Silva, também conhecida como Gil: Agente de saúde e líder comunitária ligada à pastoral da Criança

1 Gil, você é moradora da comunidade há quanto tempo? Veio com a família? Conta como veio parar aqui...

2 Como se tornou agente de saúde? Desde quando e o que foi necessário para que conseguisse este emprego?

3 O que faz uma agente de saúde?

4 Como adquiriu os conhecimentos necessários para ajudar as pessoas da comunidade a cuidarem da saúde de forma preventiva?

5 Como é seu trabalho? Quantas famílias visita? Desde o início foi assim?

6 Desempenha outro trabalho fora o de agente de saúde na comunidade?

7 Como atua na Pastoral da Criança? O que faz lá e desde quando é ligada a este projeto?

8 Como acha que seus trabalhos contribuem para a comunidade? Em que sentido?

9 Seus pais são também aqui de João Pessoa? Como foi sua relação com eles? Conta da sua infância. Estudou? Trabalhou?

10 Você teve outros empregos fora o de agente de saúde? Quais?

11 Com quantos anos se casou? Como você qualifica o seu casamento? Quantos filhos? O que eles fazem hoje? Onde moram? Como é sua relação com eles?

12 Gil, qual era o seu sonho de infância? E o de agora?

2.3 Luís Paulo Araújo, também conhecido como Luís da Padaria: Diretor financeiro da Associação de Moradores Padre Hildon Bandeira

1 Como foi que o senhor se tornou presidente da Associação? Em que ano?

2 Vocês acham que venceram por que?

3 Qual a função do presidente da Associação?

4 Como o senhor construiu a teia de articulações com o poder público para trazer benefícios para comunidade? Como age? Como se articula?

5 Qual a função da Associação de Moradores para a comunidade?

6 Como ocorre o processo eleitoral? De quanto em quanto tempo? Quantas pessoas votam?

7 Quais as principais demandas da comunidade atualmente?

8 Nestes anos das suas gestões o que foi conseguido para a comunidade? Ao seu ver, qual a sua maior contribuição para o local?

9 Como e por que sua esposa se tornou presidenta da Associação?

10 Há reuniões na comunidade? Com que frequência? Como funciona?

11 Quais projetos da prefeitura e do estado vigoram aqui? Como funcionam? Serviços de esgotamento sanitário, escoamento de lixo, água tratada chegam aqui na comunidade?

12 O senhor desenvolve algum projeto aqui? Como é sua relação com a comunidade? E com o prefeito e o governador?

13 O senhor tem oposição aqui? Quem? Como é sua relação com eles?

14 E a violência na comunidade como está?

15 O senhor é de João Pessoa? Como veio parar na comunidade?

16 Trabalhou com o que ao longo da vida?

17 Conta da sua infância? Seus pais são de onde? Foi criando onde? Estudou?

18 De onde veio seu gosto pela política?

19 Tem filhos? Como você e Claudenice se conheceram?

20 Qual era o seu sonho de infância? E o de hoje?

2.4 Claudenice Felipe da Silva: Presidenta da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hildon Bandeira e coordenadora da Lavanderia Comunitária

1 Claudenice, como e por que se tornou presidenta?

2 O que faz, enquanto presidenta da Associação? Qual a sua função?

3 Como aprendeu a desempenhar estas funções? A se articular, a falar publicamente?

4 Já tinha uma formação política?

5 Como se comunica com a comunidade? E com os poderes públicos? Como sabe dos problemas comunitários e os resolve? Há reuniões na comunidade? Com que frequência? Há alguma festividade que a organização promove?

6 Como se tornou coordenadora da lavanderia? Desde quando?

7 Que função desempenha na lavanderia?

8 Como funciona a lavanderia, horário de funcionamento, revezamento das lavadeiras?

- 9 Quantas lavadeiras trabalham na Lavanderia Comunitária? Quanto elas ganham por mês em média?
- 10 Como é sua relação com as lavadeiras? Elas falam dos seus problemas com você? Opinam sobre a comunidade?
- 11 Acredita que a lavanderia é um espaço de convivência na comunidade? Por que?
- 12 A lavanderia tem espaço para cursos de capacitação, não é? Quais cursos de capacitação já tiveram na comunidade? Quem promove? As pessoas participam?
- 13 Quais os projetos sociais existentes na comunidade? Há projetos voluntários?
- 14 Qual era o seu sonho de infância? E o de hoje?
- 15 Com o que trabalhou ao longo da vida? Estudou?
- 16 Seus pais trabalhavam com o que? Como foi sua infância e juventude?
- 17 Como veio parar aqui na comunidade?